



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SERGIPE/FUNESA  
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE SERGIPE/ESP-SE

# PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

## ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE SERGIPE ESP/SE

ARACAJU  
2021



## PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Aracaju, Outubro de 2021.

## **GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE**

### **Governador do Estado**

Belivaldo Chagas Dias

### **Vice-Governadora**

Eliane Aquino Custódio

## **SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE**

### **Secretária**

Mércia Simone Feitosa de Souza

### **Superintendente Executiva**

Adriana Menezes de Souza

## **FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE - FUNESA**

### **Diretora Geral**

Lavínia Aragão Trigo de Loureiro

### **Diretor Administrativo-Financeiro**

Fernando José Chagas Júnior

### **Diretora Operacional**

Daniele de Araújo Travassos

## **ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE SERGIPE - ESP/SE**

### **Comissão Responsável pela Elaboração dos Documentos da ESP**

Alexandra Pacheco Lima Santana - Assessora Técnica de Apoio à Direção

Ana Carla Ferreira Guedes da Cruz - Docente CEPRO

Daniele de Araújo Travassos - Diretora Operacional

Eneida Carvalho Gomes Ferreira - Coordenadora COTAES

Flávia Priscila Souza Tenório - Analista Educacional CEPRO

Genivaldo Alves Santos - Técnico Educacional

José Francisco de Santana - Especialista em Política e Educação em Saúde - CEPRO

Josefa Jalcira Izidro dos Santos - Coordenadora NEEPPS/SES

Lavínia Aragão Trigo de Loureiro - Diretora Geral

Maria Gorete da Rocha Santos - Analista Educacional COPGR

Paulina Vilar Carvalho - Coordenadora COEPE

Rossini de Melo Albuquerque - Advogado-chefe

Sheyla Andréa dos Santos - Conselho Estadual de Saúde de Sergipe

Soraya Dantas de Moraes - Responsável Técnica em Gestão em Saúde Pública

Tânia Santos de Jesus - Coordenação do Núcleo de Gestão Pedagógica

**Consultoria Técnica**

Márcio Lemos

**Coordenação de Gestão Editorial**

Salomão Torres Santos Sobrinho

**Revisão Editorial**

Josefa Cilene Fontes Viana

Paloma Sant' Anna de Oliveira Mendonça

**Revisão Ortográfica**

Fabiana dos Santos

**Projeto Gráfico**

Andréa Bispo Nascimento Lyra

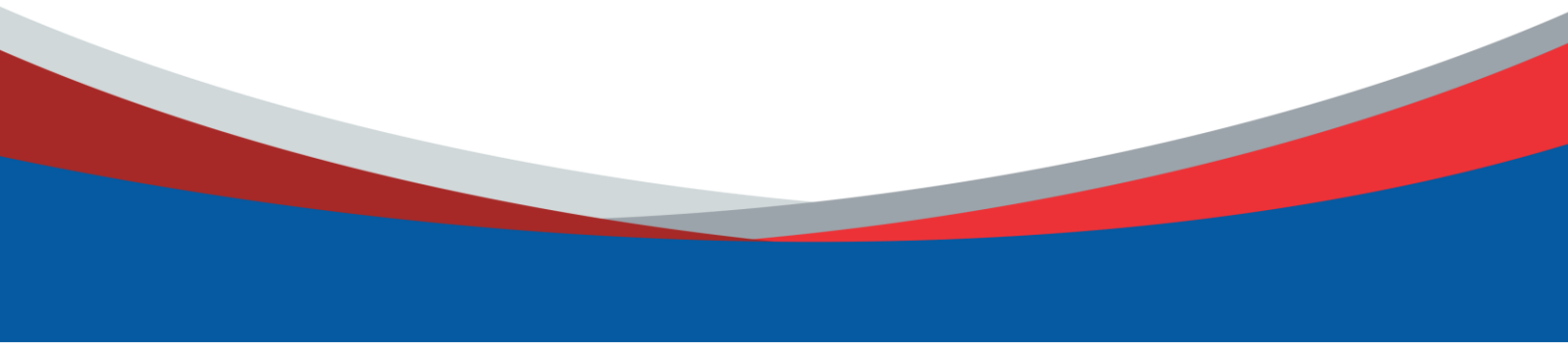


## APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Político-Pedagógico é entendido como um documento orientador, uma espécie de guia, que entre outros, cumpre o objetivo de orientar e conferir direcionalidade político-pedagógica à formulação de ações, projetos, cursos e atividades educativas em geral, a serem desenvolvidas pela Escola de Saúde Pública do Estado de Sergipe (ESP/SE), no que se refere a gestão da educação na Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) de Sergipe.

A ESP/SE vem se consolidando como Escola do SUS tendo como compromisso precípua a formulação, implementação e avaliação da Política Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS) direcionando suas ações para a formação de profissionais de saúde e disparando processos educativos nos vários níveis do SUS. A parceria com gestores públicos, instituições de ensino e pesquisa atuantes no estado busca viabilizar e transformar o conjunto de unidades da rede de gestão e de serviços em espaços de ensino, prática e aprendizagem.

Entende-se que sua revisão deve ser permanente, acompanhando a dinâmica dos processos político-educativos e as necessidades do SUS.



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	7
2 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DA MANTENEDORA.....	10
2.1 DA INSTITUIÇÃO MANTIDA .....	10
2.2 DA MANTENEDORA .....	11
3 PRESSUPOSTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS .....	13
3.1 BASES LEGAIS - EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE .....	14
3.2 CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS .....	15
3.3 EIXOS ESTRUTURANTES.....	18
4 DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS.....	33
5 PROPOSTA CURRICULAR .....	37
5.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....	40
6 ESTRUTURA DO ENSINO .....	42
6.1 TIPOS DE OFERTA DE ENSINO .....	42
7 PERFIL DO DOCENTE .....	57
8 PERFIL DO DISCENTE .....	58
9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO .....	59
10 EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA PROFISSIONAIS DA ESP/SE.....	61
11 ESTRATÉGIAS E CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO .....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	66
ANEXO 1 Portaria de Criação e Alteração da Comissão da ESP/SE	



# 1 INTRODUÇÃO

---

As áreas da educação e da saúde devem ser consideradas prioritárias em qualquer cenário em que se almeje o desenvolvimento social de uma nação. Os arranjos políticos para a configuração e oferta desses pilares sociais, por sua vez, sempre vão requerer interação entre Estado e sociedade civil, na perspectiva do alinhamento entre aspiração e realidade. Sem desconsiderar a importância de outros segmentos sociais para o pleno exercício da cidadania, parece não haver dúvidas que educação e saúde representam o ponto de partida para o crescimento individual e, por extensão, de uma comunidade. Assim, o acesso à educação e à saúde de qualidade produzem impactos diretos na melhoria das condições de vida de populações, com repercussões positivas para toda a sociedade, inclusive para o erário público.

As inquietações sociais que culminaram com a promulgação da Constituição Federal de 1988 foram uma inequívoca demonstração do desejo de alinhamento entre aspiração e realidade e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), como consequência da nova Carta Magna, representou a materialização de um desejo prevalente no seio da maioria da população. Objetivando ajustar o SUS às suas características políticas e sociais, o Estado de Sergipe promoveu uma profunda reforma no seu Sistema Público de Saúde que, dentre as inúmeras inovações, criou a Fundação Estadual de Saúde (Funesa) em 2008, com a finalidade de prestar serviços de saúde de atenção básica, de promoção, prevenção e proteção da saúde coletiva e individual, de formação profissional e educação permanente na área de saúde pública.

Passados mais de dez anos da criação da Funesa, o SUS de Sergipe passou a sinalizar para a necessidade de reformulação do perfil da sua escola de saúde, para que esta ampliasse seu escopo de ofertas e se tornasse apta à certificação de processos formativos nas modalidades lato sensu e stricto sensu.

Dessa forma a Escola de Saúde Pública do Estado de Sergipe - ESP/SE foi criada para responder aos anseios do SUS estadual, refletidos nas

necessidades de formação e qualificação dos seus profissionais, com educação de excelência e tem como público-alvo prioritário, os trabalhadores do SUS de Sergipe. A escola promove a formação, o desenvolvimento e o aprimoramento profissional dos trabalhadores do SUS, por meio do planejamento, desenvolvimento e execução de programas de educação profissional em saúde; prepara o profissional para seu melhor desempenho e aprimoramento e; contribui para a qualidade da gestão do SUS, garantindo a oportunidade ao trabalhador, de aprofundar e produzir novos conhecimentos, através da pesquisa e pós-graduação.

De forma articulada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Político-Pedagógico (PPP), como instrumento norteador, torna claro o tipo de cidadão que a escola almeja formar, a concepção de ensino e aprendizagem adotada, o currículo colocado em prática, o sistema de avaliação e os valores que deseja transmitir. A elaboração do PPP se justifica pela necessidade de orientar política e pedagogicamente as ações e estratégias para a práxis educativa. Nesse sentido apresenta uma concepção de prática pedagógica que propõe uma interação entre conteúdo e a realidade concreta do cotidiano, visando a transformação do profissional e da sociedade através do conhecimento, da compreensão e da ação do aluno/participante, que foca nos conteúdos e em suas práticas profissionais.

Ainda que um PPP bem elaborado não seja garantia que a escola enquanto instituição melhore sua qualidade, pode permitir que os envolvidos tenham consciência de seu caminhar, interfiram nos limites, aproveitem as potencialidades e resolvam as dificuldades detectadas com melhor qualidade.

Esse modelo de escola exige profissionais competentes e implicados em processos de mudanças e capazes de adotar práticas pedagógicas contextualizadas, críticas e estimuladoras. A ação interdisciplinar consiste num passo além da integração, ou seja, da sintonia, da reciprocidade, da mudança de atitude frente a um fato a ser conhecido.



Finalmente, não se pode esquecer a função política que a escola exerce quando coloca o exercício da educação comprometido com a qualidade e o exercício da cidadania. Isso enriquece a práxis pedagógica na medida em que a humaniza por ser compreendida como uma atividade que é construída e articulada, considerando a socialização do aprender a aprender, do aprender a fazer, do aprender a ser, do aprender a conviver.

## **2 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DA MANTENEDORA**

### **2.1 DA INSTITUIÇÃO MANTIDA**

A ESP/SE foi criada pela Lei Estadual n.º 8.733, de 13 de agosto de 2020. Os quadros 1, 2 e 3 a seguir completam as informações relativas à instituição educacional:

#### **QUADRO 1: IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA.**

Nome:	Escola de Saúde Pública do Estado de Sergipe - ESP/SE		
End.:	Travessa Manoel Aguiar, n.º 33		
Cidade:	Aracaju	UF: SE	CEP: 49055-100
Fone:	(79) 3198-3800		Fax:
E-mail:			
Site:	www.funesa.se.gov.br		

#### **QUADRO 2: IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE PRINCIPAL DA INSTITUIÇÃO MANTIDA.**

Nome:	Lavínia Aragão Trigo de Loureiro		
Cargo:	Diretora Geral		
End.:	Travessa Manoel Aguiar, n.º 49		
Cidade:	Aracaju	UF: SE	CEP:49055-100
Fone:	(79) 3198-3800		Fax: 79 3211-5005
E-mail:			

<b>QUADRO 3: OUTRAS INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO MANTIDA.</b>	
Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)	CNPJ - 10437005/0001-30
Data de Criação da Escola:	13 de agosto de 2020
Credenciamento - Deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE) para a Funesa, através da Escola Técnica do SUS	Curso Técnico de Vigilância em Saúde - Resolução N° 057/2017/CEE; Curso Técnico em Enfermagem - Resolução N° 023/2015/CEE e Curso Técnico em Prótese Dentária conforme Resolução N° 022/2015/CEE.
Turno de Funcionamento:	Matutino
	Vespertino
	Noturno
Modalidades:	Cursos Técnicos de Nível médio
	Cursos de Qualificação, Atualização e Aperfeiçoamento Profissional
	Cursos de pós-graduação
	Residências em saúde e multiprofissional
	Educação a distância

## 2.2 DA MANTENEDORA

A mantenedora da ESP/SE é a Funesa. Criada a partir da Lei Estadual n.º 6.348, de 02 de janeiro de 2008. A fundação integra a Administração Pública Indireta do Poder Executivo do Estado de Sergipe, é dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e utilidade pública, com autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, quadro próprio e prazo de duração indeterminado. Possui registro no Cartório de 10º

Ofício, sob o n.º 43.715. Os quadros 4 e 5 seguintes trazem informações complementares:

<b>QUADRO 4: IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTENEDORA.</b>			
Nome:	Fundação Estadual da Saúde		
CNPJ:	10437005/0001-30		
End.:	Travessa Manoel Aguiar, n.º 33		
Cidade:	Aracaju	UF: SE	CEP: 49055-100
Fone:	(79) 3198-3800		
E-mail:	diretoria.executiva@funesa-se.gov.br		
Site:	www.funesa.se.gov.br		

<b>QUADRO 5: IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE PRINCIPAL DA INSTITUIÇÃO MANTENEDORA.</b>		
Nome:	Lavínia Aragão Trigo de Loureiro	CPF: 967.xxx.xxx-72
Fone:	(79) 3198-3806	
E-mail:	lavinia.aragao@funesa.se.gov.br	

### 3 PRESSUPOSTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS

---

O PPP da ESP/SE, enquanto instituição formadora, delinea-se por uma concepção crítica de educação, seu engajamento com a prática educativa transformadora do social e sua ênfase no trabalho coletivo e na postura reflexiva.

O processo educacional requer um olhar para as ações humanas e estas “se explicam na relação com sua finalidade”. Segundo Suhr (2012), as ações humanas se caracterizam por serem “instrumentos” para a “manutenção ou transformação social.” Em outras palavras, a educação é um dos elementos que ajudam a construir e moldar a sociedade. A referida autora ressalta que:

a educação formal, diferentemente daquela que acontece nos demais espaços da sociedade, precisa de clareza em relação ao tipo de pessoa que pretende ajudar a formar, pois essa definição é que dirige todas as demais decisões sobre o que, quando e como ensinar (SUHR, 2012 p. 24).

Nessa perspectiva, a proposta da ESP/SE alicerçada em bases legais e em princípios educacionais, busca alcançar eficiência e eficácia nos serviços prestados, em conformidade com a sua missão de promover a formação e educação permanente, pesquisa, extensão, informação e documentação na área da saúde, e execução de outras atividades correlatas, buscando inovações e atualização em produção tecnológica, integrando o ensino, a pesquisa e a comunidade, para a transformação e a humanização das práticas em saúde, em consonância com os princípios e diretrizes do SUS.

Representa assim, o compromisso político e pedagógico de atender às demandas educacionais dos trabalhadores da área da saúde na rede que integra o SUS do estado de Sergipe, através de práticas acadêmicas voltadas para a qualificação e formação profissional da força de trabalho do SUS, tendo o trabalho como princípio educativo, e estando ancoradas no conceito de EPS.

A produção de conhecimento na ESP/SE está intrinsecamente vinculada à inovação para a saúde, o desenvolvimento social e a cidadania. Nesse sentido,

as suas ações educacionais estão alicerçadas em alguns fundamentos e princípios que embasam e orientam para um processo educativo que compreende a educação em saúde como exercício de cidadania, da participação social e de formação de sujeitos com consciência crítica. Assim, busca possibilitar aos trabalhadores da saúde, do controle social como também da gestão do SUS, uma reflexão crítica e o domínio de conhecimentos indispensáveis à reformulação de suas práticas.

### **3.1 BASES LEGAIS - EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE**

As Escolas Estaduais de Saúde Pública configuram-se, como espaço privilegiado para a formação dos trabalhadores do SUS. A Constituição Federal de 1988 afirma, no artigo 200, inciso III, que ao SUS compete, além de outras atribuições, ordenar a formação de Recursos Humanos na área da Saúde.

Cabe, portanto, a partir da Lei n.º 8.080, de 1990, à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios exercer, em seu âmbito administrativo: (a) formulação e execução da política de formação e desenvolvimento de Recursos Humanos para a saúde e (b) organização de um sistema de formação, em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação, além da (c) elaboração de programas de permanente aperfeiçoamento para trabalhadores.

Em 2004, a Portaria n.º 198/GM, institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde - PNEPS, como estratégica do SUS para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor. As Escolas de Saúde Pública são mencionadas como uma das instituições privilegiadas para o desenvolvimento destas ações, devendo estabelecer relações orgânicas entre o ensino e as ações e serviços, entre a docência e atenção à saúde.

No atendimento a Portaria n.º 3.194, de 28 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde (PRO EPS-SUS), as Escolas de Saúde Pública foram convocadas a participar ativamente da elaboração dos Planos Estaduais de Educação Permanente com o objetivo de promover a



formação e desenvolvimento dos trabalhadores do SUS, bem como fortalecer a qualificação profissional destes para a transformação das práticas de saúde em direção ao atendimento dos princípios fundamentais do SUS, a partir da realidade local e da análise coletiva dos processos de trabalho (BRASIL, 2018).

### **3.2 CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS**

A elaboração do PPP da ESP/SE está amparado em autores que propiciam elementos de análise sobre a identidade e a prática da escola possibilitando, assim, o alcance dos objetivos propostos. O referencial aqui apresentado visa, ainda, delinear a forma como se desenvolve o processo ensino-aprendizagem na ESP/SE e como o discente aprende na referida escola.

A Educação escolar precisa basear-se em um profícuo referencial teórico proveniente das diversas áreas do conhecimento, entre elas a Psicologia, Pedagogia, Sociologia, Filosofia, principalmente das Teorias da Educação, posto que a educação escolar é “sistemática e intencional”. Esse aporte teórico é necessário para a compreensão crítica das orientações legais por parte dos profissionais da educação, auxiliando na compreensão das concepções e ideologias que norteiam a ação escolar, considerando inclusive os desafios impostos à educação pelas demandas da sociedade atual (SUHR, 2012 p. 24).

À medida que a sociedade se modifica altera-se também a forma de transmissão da cultura (FREITAS, 2011). Desse modo, as teorias pedagógicas estabelecem visões de mundo e concepções de homem, de sociedade, bem como da própria finalidade da educação. Elas determinam os princípios que orientam o processo de ensinar os conteúdos, de acordo com suas especificidades epistemológicas. Além de evoluírem no compasso com as necessidades da sociedade, também se transformam com o avanço de possibilidades tecnológicas aliadas à educação. Conforme assinala Suhr (2012, p.62) “as exigências de cada época tendem a definir como deve ser o processo educativo.”

Cada teoria procura responder a determinadas questões, abordando alguns aspectos do ato de educar. Assim, elementos como: o discente, o docente e a situação de ensino-aprendizagem são sempre evidenciados por elas. Nessa direção, para compreender a filosofia da escola, é fundamental que os educadores conheçam não só a teoria de aprendizagem, mas também que compreendam qual a concepção desta, e qual método ela propõe.

Foi de Demerval Saviani uma das primeiras iniciativas de classificar a educação. Citando Saviane (1983); Libâneo (2008) informa que ele identificou 5 (cinco) tendências na história da educação brasileira, a saber: A Tendência humanista tradicional; a Tendência humanista moderna; a Tendência Tecnicista; a Tendência Crítico-reprodutivista e a Tendência dialética (LIBÂNEO, 2012).

Libâneo (2010), em seu estudo, classificou as tendências pedagógicas brasileiras modernas em liberais e progressistas. As liberais compreendem: a pedagogia tradicional, a pedagogia renovada e o tecnicismo educacional; as pedagogias progressistas aglutinam a pedagogia libertadora, a pedagogia libertária e a pedagogia crítico-social dos conteúdos.

A partir de 1979, iniciou a se consolidar no Brasil a pedagogia histórico-crítica, tendo Demerval Saviani um de seus principais expoentes, apresentando a ideia de que a escola “pode ser também um instrumento em favor das camadas populares”, ainda que “tenda a reproduzir a divisão de classes existente e a favorecer a classe dominante”. Essa pedagogia tem por base a realidade dialética, compreendendo que ela não é única, mas constitui-se enquanto movimento de contradições nas diferentes classes sociais e, portanto, pode favorecer à conscientização ou reprodução das relações sociais existentes (SUHR, 2012 p. 155).

Considerando as diversas tendências, a ESP/SE em suas práticas tomará por base a pedagogia histórico-crítica e alguns aspectos da pedagogia libertadora, por considerar que a escola é determinada socialmente e que é

dividida em classes com interesses diferentes, portanto, a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade.

A proposta da pedagogia histórico-crítica é de uma educação de qualidade e garantida como direito a todos os brasileiros. Valoriza a escola como instrumento de apropriação do saber coletivo, tendo como papel a socialização de conhecimentos e saberes. Nesse contexto, considera-se a pedagogia histórico-crítica próxima dos objetivos da ESP/SE. São várias as suas características em comum: o foco de transmissão de conteúdos científicos por parte da instituição, porém sem ser conteudistas; leva em conta os interesses dos discentes, como centro do processo, o desenvolvimento psicológico e os diferentes ritmos de aprendizagem; oferece ao professor uma nova ação, onde passa a rever conceitos, romper com metodologias ultrapassadas, estabelecer novos rumos e valores, tornando a prática pedagógica significativamente mais comprometida com a aprendizagem dos discentes; uso de método com etapas definidas promovendo o processo pedagógico, para que o ensino-aprendizagem tenha resultados satisfatórios; trabalha o conhecimento do discente, para a conscientização de sua visão de mundo, de trabalho, da transformação da realidade sem esquecer o perfil do ser humano a ser formado.

A pedagogia libertadora também conhecida como pedagogia de Paulo Freire, defende a autogestão pedagógica, nela a educação é vinculada à luta e organização de classe do oprimido. Em outras palavras, é mais ligada aos movimentos de cultura popular, dessa forma, sua atuação é a educação não formal, ou seja, aquela que ocorre fora da escola. Essa corrente pedagógica direciona sua discussão para a preocupação com a educação dos excluídos.

Entendendo a educação como um ato político em todas as ações propostas, a concepção dessa corrente pedagógica considera que a conscientização dos educandos possibilita a transformação social por meio de um método dialógico ativo, que propõe a problematização da realidade em substituição à educação bancária. Nessa lógica, a finalidade da educação é o

desenvolvimento da autonomia dos educandos de modo que estes possam modificar a realidade através da sua intervenção (SUHR, 2012).

### 3.3 EIXOS ESTRUTURANTES

O PPP da ESP/SE constitui-se um documento filosófico e teórico-metodológico norteador das práticas educativas que expressa a intencionalidade política e pedagógica que se pretende desenvolver nesta instituição, o qual deve servir como diretriz para elaboração dos planos de curso de cada modalidade de ensino dessa instituição, a saber: Educação Permanente, Educação Profissional, Pós-graduação, Educação a distância, Pesquisa e extensão. Considerando que o público a ser contemplado nas ofertas de cursos, capacitação, aperfeiçoamento, dentre outros, são trabalhadores com vinculação ao SUS do Estado de Sergipe, bem como o controle social e movimento popular de saúde. Esse PPP fundamenta-se em princípios estruturantes, quais sejam:

- a. A área da saúde e a interface saúde pública / saúde coletiva.
- b. O Homem e o mundo do trabalho.
- c. Trabalho como princípio educativo.
- d. Educação Permanente em Saúde enquanto política norteadora da Formação dos trabalhadores do SUS.

#### **a. A área da saúde e a interface saúde pública / saúde coletiva**

Ao longo da história da humanidade muitas foram as definições para o termo “Saúde”, com destaque para a expressão de origem latina **salus** (bom estado físico, saudação), também relacionada a **salvus** (salvo), e tendo como ponto culminante o conceito formulado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1948, que considera saúde “o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidade”.

A Constituição Brasileira de 1988 incorporou em seu texto o ideário de saúde preconizado pela OMS e o assentamento consta dos Artigos 196 a 199.

Foi essa Constituição, portanto, que fez nascer o SUS e resultou em nova formulação política e organizacional de ações e serviços de saúde, norteadas por princípios doutrinários e diretrizes que conferem unidade e diversidade ao referido sistema de saúde, em todo o território nacional, com responsabilidades compartilhadas entre as instâncias federal, estadual e municipal de governo. A partir do seu desenho ambicioso e, ao longo do tempo, o SUS se configurou como um dos maiores Sistemas Públicos de Saúde do mundo, abrangendo desde o atendimento ambulatorial em nível primário de atenção até os procedimentos de alta complexidade tecnológica.

Enquanto integrante da Rede SUS, a ESP/SE comunga da concepção biopsicossocial que fundamenta o adoecer humano e reconhece a implicação dos aspectos sócio-histórico-culturais no processo saúde-doença. Assim, é defensora intransigente da visão integral do cuidado o que envolve, inevitavelmente, uma abordagem multiprofissional, multidisciplinar e interdisciplinar, interagindo em equipe. Nesse sentido, os fundamentos de saúde pública e saúde coletiva servem de referência para o fazer cotidiano da Escola.

A ESP/SE compreende que – sem perder de vista a importância histórica da Saúde Pública – a partir do advento do SUS foi preciso alargar o campo de abordagem e a Saúde Coletiva passou a ser a perspectiva mais adequada para fazer frente a dimensão de saúde preconizada pelo atual Sistema Público de Saúde. Assim, no cotidiano, interagimos com os conceitos de Saúde Pública e Saúde Coletiva que, embora guardem semelhanças, possuem diferenças marcantes.

Segundo Birman (2005), o campo da Saúde Pública guarda estreita relação com a medicina moderna iniciada no século XVIII, cuja principal característica é de polícia médica que intervinha na sociedade para debelar as enfermidades. Seu solo fundante foi a biologia e suas descobertas que serviam para legitimar a crescente medicalização do espaço social. Assim, combater as endemias, epidemias e pandemias esquadrinhando o espaço urbano e aplicando

dispositivos sanitários, constituiu-se como estratégia dominante da saúde pública. Por fim, é habitual referir-se à Saúde Pública para designar formas de agenciamento político / governamental (programas, serviços, instituições) no sentido de dirigir intervenções voltadas às denominadas “necessidades sociais de saúde”.

Em relação à Saúde Coletiva, Birman (2005) argumenta que as Ciências Humanas começaram a se introduzir no território da saúde a partir da década de 1920. Com isso, categorias como “normal, anormal, patológico” passaram a ser problematizadas de modo cada vez mais enfático, a ponto de a questão da saúde passar a ser considerada mais complexa que a leitura realizada pela medicina advinda da sociedade industrial. Sem desconsiderar os valiosos recursos das ciências naturais e sua importância para a investigação e as práticas sanitárias, tornou-se imprescindível relativizar a hegemonia atribuída aos saberes biológicos, ao se reconhecer o caráter simbólico do corpo que impossibilita sua representação como apenas uma máquina anátomo-funcional, constituída por mecanismos bioquímicos e imunológicos.

Em síntese, Saúde Coletiva implica em levar em conta a diversidade e especificidade dos grupos populacionais e das individualidades com seus modos próprios de adoecer e/ou representa tal processo, que, não necessariamente, passa pelas instâncias governamentais ditas responsáveis diretas pela saúde pública (FIOCRUZ, [s. d.]).

#### **b. O Homem e o mundo do trabalho**

O Brasil tem problemas históricos, que dizem respeito ao mundo do trabalho, como a exclusão social, concentração de renda, persistência de elevados níveis de subemprego, baixos salários, falta de estabilidade no trabalho, no emprego, acrescentados por uma legislação trabalhista neoliberal, que tem cada vez mais expropriados os trabalhadores dos seus direitos, com sindicatos fragmentados sem poder de negociação dos seus contratos coletivos de trabalho etc.



O mundo do trabalho, no final do século XX, traz mudanças significativas. A reestruturação do capital, desde os anos de 1970, com a política neoliberal, vem forjando no mundo um novo tipo de trabalho, um novo tipo de homem, um novo tipo de cultura, passando por grandes momentos de transformações econômicas em que a tecnologia baseada na microeletrônica, introduzida na produção, tem apresentado ao modelo taylorista/fordista novas alternativas de produção. Este novo modelo tem exigido, cada vez mais, a constituição de um “novo homem”, de um trabalhador com capacidade técnica e gerencial que saiba ler um manual, trabalhar coletivamente e dominar as novas introduções tecnológicas, o que pressupõe um novo patamar de qualificações e novas exigências à educação em seu conjunto.

Hoje, no século XXI, esta qualificação se traduz em que para o capital está colocada a necessidade de imprimir ao produto alta qualidade, tendo em vista a competitividade no mercado que se internacionalizou cada vez mais numa perspectiva de maximização do lucro; e para os trabalhadores a necessidade de se capacitar para as novas exigências colocadas pela introdução de novas tecnologias, para que consigam enfrentar a concorrência do emprego. É evidente que esse efeito é bastante relativo, dado o caráter específico que se apresenta.

Contudo, preparar o trabalhador para esse mundo do trabalho é uma questão complexa que não depende só do avanço tecnológico, mas, principalmente, do contexto social e do grau de compromisso do governo com a capacitação e formação da população. Se o Estado não perceber isto, certamente terá dificuldades em dispor de uma força de trabalho qualificada, preparada para absorver novas técnicas produtivas. Não podemos negar que o grau de qualidade da escolaridade formal termina por impactar diretamente na produtividade do trabalho.

Portanto, o mundo do trabalho se apresenta como um ponto de referência fundamental para os processos de formação, como o objeto central

do processo ensino e aprendizagem. Isso significa uma nova codificação da atividade laboral, que tende a exigir um trabalhador diferenciado, não mais enquadrado no perfil do operário-especializado, que se limita a conhecer e repetir os procedimentos restritos e rotineiros de um determinado posto de trabalho, mas favorecer uma nova configuração de um trabalhador ativo. A educação se constitui, então, numa verdadeira prática de si, no sentido de agregar um conjunto de dispositivos e estratégias capazes de incentivar os sujeitos a se mobilizarem e a construir novos conhecimentos (RAMOS, 2006).

De modo que, as mudanças desse novo século exigem do trabalhador uma profissionalização que além das competências específicas, seja proativo, criativo e produtivo; possua visão estratégica, pensamento sustentável, capacidade de enfrentar e solucionar problemas. É esse desafio que se apresenta a ESP/SE: formar esse trabalhador capaz de desenvolver novas tecnologias, tomar decisões, enquanto agente de transformações sociais, culturais, políticas e econômicas.

### **c. Trabalho como princípio educativo**

A ESP/SE, acredita que considerar o Trabalho como princípio educativo, é sobretudo considerar a relação principal entre o Trabalho e a Educação, e assim ao entender o caráter formativo do Trabalho propor o processo educacional fundado nuclearmente neste conceito. Assim, na referida Escola, o processo educativo preza por essa noção de Trabalho.

Diante do exposto, é fundamental compreender a formação do trabalhador como um processo político-educacional amplo, ponderando também a importância do desenvolvimento de uma atitude crítica diante da realidade. Na Educação Permanente, conforme assinalam alguns autores a consideração do mundo do trabalho é essencial. Na saúde, mais precisamente através da educação permanente o trabalho é colocado como ato, o campo de trabalho é também uma escola, e nesse sentido, é preciso um olhar para como os processos vão acontecendo no cotidiano do trabalho, eles também são

influenciados pelas experiências que os trabalhadores vão acumulando. Nessa perspectiva, é essencial conhecer a realidade dos participantes.

Não é difícil imaginarmos programas de formação ou cursos que podem ser desenvolvidos em muitos lugares onde ocorre uma determinada situação que precisa ser alterada. Entretanto, embora os problemas sejam os mesmos ou muito parecidos, os vetores que explicam a sua incidência podem e costumam ser diferentes. É por isso muito importante que, antes de implementar programas de formação ou cursos, os seus responsáveis procurem “ouvir” com atenção as explicações ou entendimentos que os potenciais participantes têm sobre a situação que deve ser alterada. É fundamental que seja conhecido o contexto de trabalho desses potenciais participantes, porque toda organização tem uma identidade própria (RIBEIRO, 2009 p.53).

Ao explicar sobre a importância de sentido por parte de quem muda para que haja mudança, o mencionado autor também esclarece sobre as resistências que algumas vezes ocorre nas organizações, e explica:

Para ajudar a alimentar as forças de mudança, é importante que os programas de formação incorporem alguns procedimentos que permitam um efetivo acolhimento e apoio aos seus participantes.

Depois de um curso de formação profissional que teve como objetivo oferecer aos seus participantes um novo arsenal de recursos e possibilidades, é fundamental que esses participantes possam contar com um espaço posterior de apoio e acolhimento, uma interlocução que aconteça de tempos em tempos, a possibilidade de buscar ajuda ou socializar informações e descobertas (RIBEIRO, 2009 p.54)

A segunda acepção, que trata o trabalho como princípio pedagógico, pode ser vista em Ramos (2009, p. 3), quando afirma: “Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo”, o que caminha para a direção de uma “[...] educação para o trabalho em que o norte da formação seja a inclusão social, laboral e política dos sujeitos, numa perspectiva integrada” (MEIDEIROS NETA; ASSIS; LIMA, 2016, p.108). Teodoro e Santos (2011, p. 152) complementam dizendo que “[...] desde o seu nascimento, este princípio quer indicar a superação de uma condição comum à formação de uma parcela da sociedade, a dos trabalhadores [...] voltada à formação para o emprego ou ainda para uma especificidade da tarefa do mundo produtivo” (ARIDE; AZEVEDO; OLIVEIRA NETO, 2018).

## Educação para o Trabalho

O ser humano vive e se transforma a partir do trabalho que, além de reproduzir mercadorias necessárias à sua sobrevivência, cria, principalmente, conhecimento e um novo tipo de saber experimentado. Saber que é apropriado pela sociedade e passado de geração em geração, através da educação.

É evidente que isso faz parte de um processo que tem história. A partir dos anos 60, afirma Saviani (1999, p. 151) *“com o surgimento da teoria do capital humano, passa a educação a ser entendida como algo decisivo para o desenvolvimento econômico”*. E continua, *“... a educação potencializa trabalho”*. De modo que se estabelece uma estreita relação entre educação e trabalho. Desde cedo a criança já é educada para o trabalho.

Hoje, com o predomínio das altas tecnologias de produção e informação, os países que disputam mercados internacionais têm que investir na educação, não só na formação da força de trabalho da população economicamente ativa – PEA, mas de toda sua população. Tanto no ensino fundamental, como também no ensino médio e universitário. “Nenhum país que conseguiu chegar a um certo patamar de desenvolvimento, desprezou a sua universidade, o seu ensino superior, médio e as suas pesquisas” (MEHEDFF, 1999, p. 146).

Já na década de 1970 se observavam mudanças significativas na configuração do trabalho, com crescimento da informalidade e grande precarização do mercado de trabalho. Elucidavam-se reduções do emprego formal, subutilização da força de trabalho, diminuição do poder de compra dos trabalhadores etc.

O que temos na verdade, hoje, é reflexo dessa política que nos coloca diante de uma crise teórica nesta relação trabalho e educação, principalmente nas instituições de ensino profissional, bem como em toda proposta do ensino voltado para a formação e qualificação da mão de obra dos trabalhadores. É com essa clareza que a ESP/SE se pauta por uma educação inclusiva, de qualidade,

através de um processo de ensino e aprendizagem, promovendo a formação integral, numa perspectiva crítica e emancipatória, flexível, para acompanhar as mudanças do mundo globalizado e enfrentar os desafios da sociedade, formando seu educando enquanto sujeito da produção do conhecimento.

De modo que a ESP/SE faz a opção por uma prática metodológica que procura privilegiar os trabalhadores nesse processo e não as circunstâncias. Não podemos negar que a sociedade se estrutura nas relações de produção baseadas na exploração, na luta de classes e no desenvolvimento da acumulação do capital. No entanto, suas contradições permitem visualizar uma prática social numa perspectiva crítica e transformadora. Portanto, no momento em que privilegiamos os trabalhadores, procuramos identificar as contradições para o desenvolvimento de uma prática social capaz de formar o homem, não de maneira fragmentada, qualificando apenas para uma atividade mecânica, mas na sua totalidade, educando profissionalmente, como agentes capazes de modificar as circunstâncias.

#### **d. Educação Permanente em Saúde enquanto estratégia norteadora da formação dos trabalhadores do SUS**

A Educação é concebida aqui como um direito social do ser humano, um processo continuado, permanente, de caráter social, cultural, e político, que envolve diferentes indivíduos, ambientes, recursos e instituições, com o objetivo de formar integralmente o ser humano. Ocorre em diversos espaços, ultrapassando o ambiente escolar convencional, incluindo espaços e recursos virtuais. Compreendida como um direito garantido no art. 205 da constituição de 1988, onde “visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A transformação da sociedade atual - fortemente permeada pela ciência e pela tecnologia – rumo a uma sociedade menos desigual precisa de uma educação que forme pessoas capazes de pensarem de maneira autônoma, que sejam éticas e solidárias, que tenham consciência ecológica, que lutem por uma sociedade melhor. A educação, se for de qualidade e para todos, pode ser extremamente revolucionária nesse sentido, contribuindo efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (SUHR, 2012, p. 198).

Nesse sentido, pautamos por uma educação inclusiva, de qualidade, através de um processo de ensino e aprendizagem promotor de formação integral em uma perspectiva crítica e emancipatória, flexível para acompanhar as mudanças do mundo globalizado e enfrentar os desafios da sociedade.

Educar é uma ação intencional e política, que promove o desenvolvimento do indivíduo, com base em conhecimentos científicos e tecnológicos, pautado nos quatro pilares fundamentais: aprender a aprender; aprender a fazer; aprender a ser e aprender a conviver, elencados pela UNESCO (1996) com vista a agir através de uma consciência crítica e transformar sua vida e sua prática social, e a participar efetivamente da sua comunidade.

Desse modo, a escola se configura como um espaço institucionalizado, onde se desenvolvem práticas educativas em vista à promoção de acesso e desenvolvimento de conhecimento, incorporando múltiplas formas de aprender, ser, fazer e conviver, utilizando diferentes espaços, oportunidades de aprendizagem, recursos e modalidades. Local de apropriação do saber universal, em outras palavras, a escola tem o papel de socializar os conhecimentos e saberes universais.

Assim como as demais escolas de Saúde Pública, a ESP/SE tem como público os atores do SUS, tanto os trabalhadores quanto os gestores e o controle social. Tendo em vista as especificidades desses sujeitos, a Andragogia é um dos pressupostos que norteiam nossas atividades.



Essa vertente da ciência da educação, volta-se para a educação de adultos, trazendo os melhores métodos e estratégias de aprendizagem nos processos formativos. Nessa perspectiva, procura orientar a educação dos indivíduos respeitando suas necessidades e motivações.

Nesse contexto, a ESP/SE assume então o desafio de coordenar a governança da formação e qualificação dos trabalhadores do SUS, desempenhando suas funções em conformidade com as demandas dos Serviços de Saúde, através de ações voltadas ao ensino, pesquisa, extensão e inovação, mediante a aplicação dos pressupostos da Educação Permanente em Saúde, no e para o serviço com responsabilidade social, visando melhorar a qualidade de vida da população.

Na interface educação e saúde cabe aqui destacar os conceitos de educação em saúde, educação na saúde e educação popular em saúde. Segundo Falkenberg *et al.* (2014) o Ministério da Saúde define educação em saúde como:

Processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população [...]. Conjunto de práticas do setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar uma atenção de saúde de acordo com suas necessidades (FALKENBERG, 2014 p. 848).

Assim, educação em saúde se apresenta como formas da sociedade utilizar recursos disponíveis e intervir sobre uma dada realidade, de forma individual e/ou coletiva a fim de transformar as condições objetivas visando alcançar a saúde como um direito socialmente conquistado.

Já a Educação na saúde, de acordo com Falkenberg *et al.* (2014) deve ser ressaltada a educação permanente em saúde, buscando suprir as lacunas de conhecimento dos profissionais, através de ações que possibilitem a qualificação dos processos de trabalho em saúde, levando em consideração as especificidades locais e as necessidades do trabalho real.

Por fim, a educação popular em saúde valoriza os saberes, o conhecimento prévio da população e não somente o conhecimento científico. A Educação Popular teve origem em movimentos sociais, no Brasil Paulo Freire foi sua maior referência teórica. De acordo com Neves “a Educação Popular é definida como uma filosofia da educação, uma pedagogia, uma práxis e também um campo de saberes e práticas”. Ela ocorre na relação dos serviços com a população. Através da Educação Popular é possível promover a participação dos sujeitos sociais, através do incentivo à reflexão e ao diálogo (NEVES, 2020).

Na Saúde, a Educação Popular assume uma especial importância, tendo papel estratégico para o SUS. Conforme ressalta o referido autor, ela tem as experiências tanto de vida, quanto de trabalho, de luta e de resistência como possibilidades de aprendizagem e saber; considerando a cultura, a arte, a espiritualidade e os saberes populares como dimensões fundamentais para o estabelecimento do vínculo comunitário e para a produção do cuidado. Nessa lógica, a educação popular não concebe a separação entre educar e cuidar, entendendo estes como atos que devem estar comprometidos com a formação humana em oposição à opressão.

Nessa perspectiva, destacamos a importância da Educação popular em saúde no processo de conquista do direito à saúde, pois está relacionada à participação social na formulação e gestão da política de saúde. Esses elementos citados, que envolvem o campo do conhecimento científico, os saberes populares, a atenção no processo de cuidado e ainda à gestão, conforma, segundo Ceccime Feuerwerker (2004), o quadrilátero da Formação na área da saúde.

A imagem do quadrilátero da formação para a área da saúde – ensino / gestão setorial / práticas de atenção / controle social – propõe construir e organizar uma educação responsável por processos interativos e de ação na realidade para operar mudanças (desejo de futuro), mobilizar caminhos (negociar e pactuar processos), convocar protagonismos (pedagogia *in acto*) e

detectar a paisagem interativa e móvel de indivíduos, coletivos e instituições, como cenário de conhecimentos e invenções (cartografia permanente). No quadrilátero estão aspectos éticos, estéticos, tecnológicos e organizacionais, operando em correspondência, agenciando atos permanentemente reavaliados e contextualizados (CECCIM; FEUERWERKER, 2004, p. 59).

A EPS é ao mesmo tempo uma política de educação na saúde e uma prática de ensino-aprendizagem. É uma estratégia político-pedagógica que toma como objeto os problemas e necessidades emanadas do processo de trabalho em saúde e incorpora o ensino, a atenção à saúde, a gestão do sistema e a participação e controle social no cotidiano do trabalho com vistas à produção de mudanças neste contexto. Objetiva, assim, a qualificação e aperfeiçoamento do processo de trabalho em vários níveis do sistema, orientando-se para a melhoria do acesso, qualidade e humanização na prestação de serviços e para o fortalecimento dos processos de gestão político-institucional do SUS, no âmbito federal, estadual e municipal (BRASIL, 2018).

A Educação Permanente em Saúde orienta, portanto, que os processos de qualificação estejam baseados nas necessidades de aprendizagem, a oferta de cursos deveria emergir não só das demandas mapeadas pela gestão, mas principalmente dos temas identificados pelos trabalhadores. Esses temas surgem a partir das práticas vivenciadas nos serviços de saúde, dos problemas e conflitos enfrentados no processo de trabalho no SUS. Pensar criticamente sobre o processo do cotidiano do trabalho é característico da Educação Permanente em Saúde. Ela tem sua importância como um eixo propulsor de mudanças nos serviços e deve ser incentivada e ofertada para grupos de profissionais, tendo em vista a reorganização e o fortalecimento dos cenários do campo de práticas.

Tendo em vista as diretrizes do SUS são necessárias algumas mudanças nas práticas de saúde, o que incide na formação e desenvolvimento dos profissionais. A PNEPS propõe a integração das práticas educativas ao

cotidiano do trabalho em saúde, de forma metodológica, crítica, reflexiva e científica.

A educação permanente parte do pressuposto da aprendizagem significativa, que promove e produz sentidos, e sugere que a transformação das práticas profissionais esteja baseada na reflexão crítica sobre as práticas reais, de profissionais reais, em ação na rede de serviços (BRASIL 2004, p. 10).

Considerar a aprendizagem significativa no desenvolvimento da EPS pressupõe apostar na interação entre o conhecimento científico e os saberes e experiências prévias do aluno-trabalhador, gerando sentido para esse sujeito no processo formativo. Por isso, é fundamental a construção da aprendizagem a partir do diálogo com os diversos conhecimentos oriundos das várias profissões no âmbito do SUS.

### **Educação Interprofissional em Saúde**

Na nossa realidade, já escutamos ou lemos diversas vezes sobre interdisciplinaridade. Mas recentemente começamos a ler e ouvir falar sobre a interprofissionalidade. Ambas são importantes e representam avanços em relação à tradição de atuar isoladamente ou ver o mundo a partir de nossas expertises. Essas duas palavras, ou termos, são formadas por dois radicais: disciplinar e profissional. A palavra disciplinar se refere a campos de conhecimentos ou áreas de estudos. Já a palavra profissional faz referência ao campo de práticas ou prática que exige qualificação e algumas vezes longa preparação (REEVES, 2005).

Os prefixos “multi” e “inter”, por sua vez, expressam o nível de interação entre diferentes áreas de conhecimentos ou de núcleos profissionais. Observando os radicais das palavras, é possível demarcar a diferença entre multidisciplinar e multiprofissional, bem como entre interdisciplinar e interprofissional. Partindo dessa compreensão, é possível entender que os termos multidisciplinar e multiprofissional representam diferentes áreas do

conhecimento ou de atuação profissional que mantém uma relação de independência. Apesar de poderem compartilhar objetivos em comum, caminham em paralelo, com limitada interação. A interdisciplinaridade e a interprofissionalidade, por sua vez, representam que há uma relação de interdependência, com interação marcada pela colaboração entre os diferentes domínios, em torno de um objetivo em comum.

Por isso, faz-se necessário trazer para o debate a discussão da Educação Interprofissional em Saúde, como uma prática a ser desenvolvida e potencializada nas ações de EPS nos territórios de saúde. A mais conhecida definição sobre educação interprofissional em saúde foi elaborada pelo Centro para o Avanço da Educação Interprofissional (CAIPE), do Reino Unido. “A educação interprofissional ocorre quando duas ou mais profissões aprendem entre si, com e sobre as outras, para melhorar a colaboração e a qualidade dos cuidados” (CAIPE, 2002, p. 2).

Em 2010, o The Canadian Interprofessional Health Collaborative (CIHC) apresentou uma definição muito alinhada ao CAIPE, mas que apresenta diferenças importantes: “Educação interprofissional ocorre quando os profissionais de saúde aprendem colaborativamente dentro e entre as disciplinas, a fim de obter conhecimentos, habilidades e valores necessários para trabalhar com outros profissionais de saúde” (CIHC, 2010, p. 8).

O Centro de Educação Interprofissional Colaborativa (IPEC) também traz elementos novos para essa discussão: “Educação Interprofissional é um processo de aprendizagem que prepara os profissionais através de educação interdisciplinar e das diversas experiências da realidade do trabalho em saúde, em colaboração com as comunidades para atender às necessidades multifacetadas de crianças, jovens e famílias” (IPEC, 2011, p. 7).

A educação interprofissional no campo da saúde está orientada pela ideia de “aprender junto, para trabalhar junto”, construindo assim bases teóricas

e metodológicas capazes de desenvolver competências para trabalhar efetivamente em equipe, em um processo colaborativo (COSTA *et al.*, 2018).

Por fim, a ESP-SE aposta nos diversos elementos citados nesses eixos como norteadores para efetivação das ações EPS, enquanto uma importante estratégia na formação dos trabalhadores do SUS em Sergipe.



## 4 DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS

---

Seguindo os preceitos da Educação Permanente, enquanto estratégia de educação na saúde que contribui simultaneamente para o desenvolvimento profissional e para a transformação das práticas e serviços, a ESP/SE norteará suas ações nos pressupostos da aprendizagem significativa, por meio da adoção de metodologias ativas e críticas.

Para a ESP/SE, o discente é o principal sujeito do processo ensino-aprendizagem e deve participar ativamente da construção do seu conhecimento. O docente é facilitador desse processo e deve viabilizar, ao discente, o desenvolvimento do senso crítico, político e ético, além da criatividade e das potencialidades, aperfeiçoando suas competências, habilidades e atitudes. E neste cenário, o cotidiano do trabalho se configura como fonte de conhecimento, que subsidia a reflexão crítica sobre as práticas de saúde.

Dessa forma, torna-se possível ao sujeito, a compreensão do contexto no qual está inserido, do complexo processo saúde-doença e da aplicação de suas competências à realidade, contribuindo para a qualidade da assistência prestada à população.

Segundo Berbel (2011, p.29):

As Metodologias Ativas baseiam-se em formas de desenvolver o processo de aprender, utilizando experiências reais ou simuladas, visando às condições de solucionar, com sucesso, desafios advindos das atividades essenciais da prática social, em diferentes contextos.

O estudo de caso, o método de projetos, a pesquisa científica, a aprendizagem baseada em problemas, também conhecida pela sigla PBL e a Metodologia da Problematização com o arco de Maguerez são algumas possibilidades de Metodologias Ativas, com potencial para contribuir com o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos (BERBEL, 2011). Destacamos aspectos dessas Metodologias apontadas pela referida autora:

O estudo de caso é recomendado para possibilitar aos alunos um contato com situações que podem ser encontradas na profissão e habituá-los a analisá-las em seus diferentes ângulos antes de tomar uma decisão.

O Método de Projetos é uma modalidade que pode associar atividades de ensino, pesquisa e extensão, tem como principal objetivo lutar contra a artificialidade da escola e aproximá-la o mais possível da realidade da vida.

A pesquisa científica permite aos alunos ascenderem do senso comum a conhecimentos elaborados, desenvolvendo, no caminho, habilidades intelectuais de diferentes níveis de complexidade, tais como a observação, a descrição, a análise, a argumentação e a síntese.

A aprendizagem baseada em problemas (ABP) também conhecida pela sigla PBL se desenvolve com base na resolução de problemas propostos, com a finalidade de que o aluno estude e aprenda determinados conteúdos (BERBEL, 2011).

A metodologia da problematização com o arco de Magueres é delineada em 05 etapas: observação da realidade; definição dos pontos-chave; teorização; hipóteses de solução e aplicação à realidade. Essa metodologia é fundamentada na pedagogia libertadora de Paulo Freire, na qual a realidade concreta impulsiona a aprendizagem, uma vez que se busca pela solução dos problemas identificados. A participação do discente se dá no exercício do aprender fazendo, a relação teoria-prática é constante, bem como a dinâmica de ação-reflexão-ação, sendo esta última caracterizada como uma ação transformadora (BERBEL, 1996).

A Metodologia Histórico-Crítica tem por base estabelecer uma relação entre o conhecimento que o aluno já tem (senso comum) e a forma mais elaborada desse conhecimento (ciência). Tendo o professor como um mediador desse processo. Dessa forma, admite o princípio da aprendizagem significativa. Evidencia um método diferenciado, fundamentado na dialética, especificando-se

por passos que são imprescindíveis para o desenvolvimento do educando: Primeiro passo - Prática Social; Segundo passo - Problematização; Terceiro passo- Instrumentalização; Quarto passo -Catarse; Quinto passo - Prática Social, ou seja, o ponto de partida é a prática social, passando pela problematização, pela instrumentalização, pela catarse e retornando para a prática social (SUHR, 2012 p. 157 -159).

Corroboramos também com Vasconcelos ao tratar da metodologia na perspectiva dialética:

Uma metodologia na perspectiva dialética baseia-se em outra concepção de homem e de conhecimento. Entende o homem como um ser ativo e de relações. Assim, entende que o conhecimento não é 'transferido' ou 'depositado' pelo outro (conforme a concepção tradicional), nem é 'inventado' pelo sujeito (concepção espontaneísta), mas sim que o conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. Isto significa que o conteúdo que o professor apresenta precisa ser trabalhado, refletido, re-elaborado, pelo aluno, para se constituir em conhecimento dele. Caso contrário, o educando não aprende, podendo, quando muito, apresentar um comportamento condicionado, baseado na memória superficial (VASCONCELOS, 1992, p.2).

A autoinstrução, que se baseia no binômio estudo-trabalho, também se configura como proposta metodológica utilizada na ESP/SE. Trata-se de uma proposta que não exige a figura do docente, instiga a autoaprendizagem por meio de materiais pedagógicos disponibilizados e a troca de experiências e saberes entre os profissionais. Essa linha metodológica é, em grande medida, utilizada como uma das possibilidades da educação a distância (EaD), no contexto da cultura digital.

A ESP/SE compreende que as diferentes propostas metodológicas não se anulam entre si, pelo contrário, são complementares e estimulam os atores envolvidos no processo a buscar diferentes formas de conhecimento alinhadas às necessidades pessoais, do serviço e da população que atende. No entanto, ressalta a utilização de metodologias dinâmicas, ativas e que se distanciem da lógica tradicional de educação de transmissão de saberes.

As estratégias pedagógicas correspondem aos diversos procedimentos planejados e implementados por educadores com a finalidade de atingir seus objetivos de ensino. Essas estratégias, constituem-se em técnicas usadas pelos professores com o objetivo de auxiliar o aluno a construir seu conhecimento. Nesse processo são utilizados diferentes meios e condições para favorecer a aprendizagem e despertar o interesse dos alunos, facilitando a absorção de informação, estimulando a reflexão e a construção de saberes.

Elas envolvem métodos, técnicas e práticas exploradas como meios para apoiar o aluno na produção do conhecimento. Para colocar em prática as estratégias de ensino, é preciso que o facilitador conheça seu aluno, considere a dinâmica da turma, estude e selecione os métodos mais adequados para o alcance do objetivo pedagógico.

Na ESP/SE são adotadas estratégias pedagógicas que tenham o método ativo como norteador, o qual favoreça a autonomia e a postura participativa do aluno, colocando-o no centro do processo de ensino aprendizagem, em movimento, promovendo a construção de ambientes favoráveis à perspectiva da educação inovadora.

## 5 PROPOSTA CURRICULAR

---

Um currículo surge a partir de uma necessidade social, onde estão refletidas as escolhas pedagógicas, a partir de uma dada sociedade considerando seus aspectos econômicos, políticos, culturais e antropológicos.

O currículo é uma forma institucionalizada de disseminar uma cultura. Pode ser desenvolvido em três formas: Currículo formal, currículo real ou currículo oculto. O primeiro diz respeito àquele prescrito nos projetos de escolas, planos de curso, e demais documentos institucionais (currículo idealizado); o segundo é o que de fato acontece no cotidiano da sala de aula, nas relações entre docente e discente, nos usos de estratégias para melhor compreensão dos conteúdos; e o terceiro, o currículo oculto, está relacionado ao aprendizado dos conteúdos que não estão prescritos, aqueles que são construídos nas diversas práticas dos sujeitos a partir dos vários saberes dentro e fora do ambiente escolar, nas experiências com os diversos atores. (MOREIRA; SILVA, 1997).

Nesse contexto, a ESP/SE opta por um currículo híbrido que seja capaz de contemplar as diversas culturas, necessidades formativas, lutas sociais, discussão de gênero, classes, etnias, considerando as várias modalidades de cursos a serem desenvolvidos para um público heterogêneo. Essa escola assume, portanto, o compromisso de desenvolver currículos capazes de não somente selecionar conteúdos, com base em ideologias, mas que tenham possibilidades de intervir e transformar uma realidade.

Trata-se não somente em pensar a noção de currículo híbrido como processo que seleciona conteúdo a partir de uma dada cultura em detrimento de outra, mas um currículo numa perspectiva crítica e pós-crítica que considere a diversidade, a pluralidade, a singularidade dos sujeitos, que seja capaz de reconstruir valores ao questionar o lugar que certas culturas ocupam na seleção de conteúdos ou na transmissão de saberes próprios da cultura dominante (SILVA, 2015).

Em meio a complexidade, contradições e desafios que circundam a concepção de Currículo, a ESP/SE se mostra aberta também às possibilidades de novas configurações curriculares, cuja intenção seja constituir-se numa perspectiva integrada, considerando as especificidades das Escolas de Saúde Pública, no tocante a integração ensino e serviço. Segundo Chirelli (2002, *apud* BRASIL (2013),

no currículo integrado, a ênfase se dá na relação estabelecida com o mundo do trabalho: o aluno, por sucessivas aproximações, busca compreender os problemas identificados, intervindo na realidade, o que supõe interdisciplinaridade, pesquisa, integração ensino-serviço e comunidade.

Davini (1989) aponta a proposta de currículo integrado como uma opção educativa que permite uma efetiva articulação entre teoria e prática profissional; possibilita a busca de soluções específicas e originais para diferentes situações; a integração ensino-trabalho-comunidade; além da interação professor e aluno na investigação e busca de esclarecimentos e propostas.

No entanto, alguns autores expressam que apesar da grande expectativa em torno dos currículos integrados, por acreditarem que estes podem realmente trazer modificações relevantes para a prática em saúde, tendo em vista a articulação estreita com o mundo do trabalho, nem sempre a sua operacionalização é efetivada, pois implica uma mudança bastante significativa do ensino em saúde, demandando novas conformações políticas, administrativas, pedagógicas e relacionais (BRASIL, 2013).

Dessa forma, a ESP/SE reconhece que essa mudança é processual e encontra-se em construção, configurando-se enquanto desafio. Cabe ressaltar que o currículo por competência almejado pela ESP/SE, não possui articulação com uma lógica economicista e tecnicista, nem busca reduzir competências aos procedimentos; nem os conteúdos (denominados bases tecnológicas) às atividades a serem realizadas, não possui uma perspectiva da formação

profissional ao âmbito puramente técnico, mas considera uma compreensão ampliada do trabalho como processo e produto das relações político-sociais (BRASIL, 2013).

Nesse sentido, diante das diferentes concepções que perpassam o modelo de competências e da existência de várias matrizes teórico-conceituais que orientam e direcionam a formulação e a organização do currículo, em uma perspectiva crítico emancipatória, que ainda em processo de construção, como afirma Deluiz (2001) se baseia na pretensão de ressignificar a noção de competência, dando-lhe um sentido que atenda aos trabalhadores, além de apontar princípios orientadores para a investigação de processos de trabalho, a organização do currículo e uma proposta de educação profissional ampliada.

Ramos (2003) em convergência com Deluiz, traça o que denomina de uma perspectiva totalizante para a noção de competência, com a intencionalidade de convertê-la em potencialidade humana de emancipação sociocoletiva e de transformação social. E assim, apresenta alguns pressupostos epistemológicos e ético-políticos que devem ser considerados na elaboração do currículo:

- a) que a realidade concreta é uma totalidade, de modo que o currículo busque abranger todas as dimensões do conhecimento, em que se incluem determinações e potencialidades técnico operacionais, econômicas, físico e socioambientais, sócio-históricas e culturais;
- b) que o homem, como sujeito histórico-social, não se dispõe psicologicamente a adaptar-se às instabilidades sociais, mas a enfrentar a realidade concreta, apropriando-se dela, transformando-a e transformando-se permanentemente;
- c) que o processo de subjetivação não é intrínseco ao próprio indivíduo, mas síntese das relações sociais em que o homem se apropria da realidade objetiva e, assim como apreende subjetivamente suas leis, objetiva-se como ser social por meio das próprias ações sobre a realidade;
- d) que a contextualização dos conteúdos de ensino como mecanismo que potencializa a aprendizagem significativa não pode limitar os conteúdos à forma como se manifestam no cotidiano, mas deve levar à compreensão da realidade de forma pensada, para além do senso comum;
- e) que as disciplinas científicas e escolares têm uma história e uma identidade epistemológica, de modo que suas fronteiras não se dissolvam por simples opção metodológica (RAMOS, 2003, p.4).

Nesse sentido, a ESP/SE se compromete com o desenvolvimento de currículos que sejam capazes de estimular os sujeitos a desenvolverem competências, além daquelas prescritivas, formuladas em Planos de curso e projetos, entendendo que essa permite produzir um número infinito de ações não programadas. Entendendo que a competência seria essa capacidade de continuamente improvisar e inventar algo novo, sem lançar mão de uma lista pré-estabelecida. Nessa perspectiva, ela seria uma capacidade dos sujeitos criar respostas sem tirá-las de um repertório definido (RAMOS, 2006, p. 230).

A noção de competência desenvolvida nas ESP/SE considera que as competências profissionais são construídas pelos próprios trabalhadores como sujeitos do processo, entendendo que os currículos propostos devem favorecer o diálogo, a troca de experiências e de saberes.

Não se trata, portanto, de escrever e desenvolver currículos formais, mas de provocar a construção de currículos reais e currículos ocultos que mobilizem os atores envolvidos no processo formativo a ultrapassar os limites do saber-saber e saber-fazer, que gere inquietações, possibilidades de intervenções e inovações, ou seja, uma formação na qual o sujeito pode desenvolver outras competências, que não estão necessariamente descritas em um currículo, mas que estão relacionadas à capacidade dos sujeitos improvisarem, inventarem, mobilizarem conhecimentos e experiências para serem resolutivos em sua prática no trabalho.

## **5.1 Organização Curricular**

A organização dos cursos é realizada a partir de dois eixos estruturantes: Momento de Interação Pedagógica e Momento de Interação no Trabalho com vistas a articulação teoria e prática, tendo o trabalho como princípio educativo e as metodologias ativas como elemento central do processo de construção do conhecimento.



No **Momento de Interação Pedagógica (MIP)**, ocorrem os encontros presenciais sob a condução dos docentes e com participação ativa dos discentes, fomentando a troca de experiências e saberes entre os envolvidos. Inspirando-se na metodologia da problematização, os participantes são convidados a refletir acerca de suas realidades locais de trabalho e das dificuldades enfrentadas no dia a dia, tendo como subsídios os elementos teóricos e conceituais que apoiem a análise desta realidade.

Por outro lado, o **Momento de Interação no Trabalho (MIT)** corresponde as estratégias do curso de interação dos discentes com a própria prática, durante seu processo de trabalho, com as ações e serviços existentes em seu setor e com a equipe com a qual trabalha. Nesse sentido, são organizadas atividades, orientadas por roteiros e guias, que são desenvolvidas com acompanhamento do docente, mediador de aprendizagem. A interação como ação-reflexão-ação (e vice-versa) se constitui como a base tanto dos conteúdos técnico-pedagógicos quanto do trabalho em si.

## 6 ESTRUTURA DO ENSINO

---

A ESP/SE ofertará ações de formação e educação permanente em saúde nas modalidades presenciais, a distância e de forma híbrida, nos seguintes níveis: Capacitação, Aperfeiçoamento; Formação Técnica Profissionalizante de Nível Médio; Formação Pós-técnica Profissionalizante de Nível Médio; Pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

### 6.1 Tipos de Oferta de Ensino

A EPS desenvolverá formação profissional a partir das seguintes ofertas de ensino: a) Cursos Livres e de Aperfeiçoamento; b) Cursos Técnicos, Pós-técnicos e Tecnológicos; c) Pós-graduação; d) Residências em Saúde; e) Pesquisa, Extensão e Estágios; f) Educação a Distância.

#### a) Cursos Livres

Chamados de capacitação, qualificação, formação continuada, esses cursos são ministrados pela ESP/SE em suas diversas coordenações, podendo ser desenvolvidos de forma presencial, remota e EaD em formato de mini-cursos, oficinas, workshops, simpósio, imersão, entre outros.

Essa modalidade de ensino tem respaldo na Lei n.º 9.394/96, na Deliberação CEE n.º 14/97 (Indicação CEE 14/97), assim como na Portaria n.º 008/02, e no Decreto Presidencial n.º 5.154, de 23 de julho de 2004. O Curso Livre é uma modalidade de ensino legal e válida em todo o território nacional, ainda que não seja regulamentado pelo MEC, pois não precisa ser validado por nenhum órgão de educação para ser desenvolvido. No entanto, configura-se como processo de qualificação fundamental no âmbito do SUS, principalmente, para aprender novos processos, revisar práticas e instituir novas formas de fazer no trabalho em saúde.

Esses cursos são de menor duração, focados para capacitação e/ou qualificação profissional ou pessoal em alguma área específica. Não faz exigência de nenhuma formação anterior, não tem carga horária mínima ou fixa definida, ficando essa definição por conta da instituição.

Os citados cursos viabilizados pela ESP/SE buscam valorizar os elementos advindos do cotidiano vivido e experienciado pelos sujeitos nos processos de trabalho e de produção de práticas dos serviços de saúde, de modo que o produto desse conhecimento implique na transformação da realidade, através de ações que favoreçam a criação de estratégias para o enfrentamento das adversidades e resolução dos problemas inerentes à mesma realidade.

Os Cursos Livres estão, em sua maioria, previstos no Plano Anual de Atividades que a Funesa, através da ESP/SE, deve desenvolver a fim de cumprir o contrato estatal formalizado junto à SES. Para viabilizar tais cursos, faz-se necessário desenvolver articulações entre gestores e realizar avaliação com o objetivo de subsidiar os indicadores de qualidade dos serviços prestados.

A ESP/SE oferta Cursos Livres nas diversas áreas da saúde, tais como: Atenção Primária; Atenção Especializada e de Urgência; Planejamento e Informação em Saúde; Vigilância em Saúde ; Controle Social; Ouvidoria em saúde, entre outros.

## **b) Educação Profissional**

A Educação Profissional desenvolvida pela ESP/SE tem por finalidade qualificar os trabalhadores de Nível Médio do SUS, através da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Cursos Livres de qualificação, aperfeiçoamento e atualização, em atendimento às necessidades locais e regionais na área da saúde, em conformidade com a legislação da Educação em vigor e dos princípios e Diretrizes do SUS. A oferta de Educação Profissional

Técnica de Nível Médio na ESP/SE se dá de forma subsequente, através de projetos aprovados pelo CEE/SE, abrangendo a formação profissional definida em lei específica, com estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às finalidades próprias e ao público-alvo a que se destinam.

A Educação profissional na ESP/SE tem dentre seus objetivos: assegurar a concretização da formação técnico profissionalizante, tendo como foco as necessidades do Sistema Único de Saúde e a melhoria na prestação dos serviços.

Os cursos de formação técnica, qualificação, aperfeiçoamento e atualização profissional de trabalhadores terão seus projetos pactuados na Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES) e Colegiado Interfederativo Estadual (CIE), sendo operacionalizados pela coordenação de Educação Profissional, a partir da priorização e programação das necessidades educacionais oriundas dessas instâncias colegiadas, em diálogo com a Secretaria Estadual de Saúde de Sergipe (SES), mediante o Contrato Estatal de Serviços, firmado entre a SES e a Funesa.

Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio apresentam carga horária mínima definida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e são orientados a partir do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. A Especialização Profissional de Nível Médio complementa a habilitação ou qualificação profissional desse nível e poderá ser oferecida pela ESP/SE, após devida autorização a quem já tenha sido comprovadamente qualificado ou habilitado na área ou ocupação profissional específica.

A ESP/SE adotará a modalidade do Currículo Integrado para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que tem como princípio a articulação entre teoria e prática, ensino e serviço, sendo operacionalizado com alternância regular de períodos presenciais de concentração (teoria) e dispersão (prática) além de atividades práticas e estágios.

Nessa perspectiva, a Educação Profissional ofertada na ESP/SE, a partir da demanda social, terá como finalidades: proporcionar ao discente/trabalhador

conhecimentos e habilidades para o exercício de atividades requeridas pelo mundo do trabalho; desenvolver atitudes e habilidades necessárias à autorrealização, à participação na vida em grupo e ao exercício pleno da cidadania, bem como participar do processo produtivo na área de saúde e atualizar-se, visando o melhor desempenho no trabalho; identificar e aprimorar potencialidades, propiciando sua inserção no mercado de trabalho; desenvolver o raciocínio e o pensamento crítico relacionados ao contexto do trabalho e à vida em sociedade; participar de atividades de pesquisa e de produção científica, correlacionando aspectos teóricos e práticos, como também aplicar os conhecimentos relativos à ética, ao meio ambiente, à cidadania, à visão holística no contexto do exercício profissional.

Para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades expressos no parágrafo anterior, o trabalho com o discente deverá acontecer de forma descentralizada, ascendente e interdisciplinar, considerando a realidade/necessidade local e regional. Serão acionados mecanismos que facilitem a aprendizagem, a exemplo das metodologias ativas de ensino, por elas contemplarem aspectos concretos e práticos, estarem focalizadas em atividades do contexto e do trabalho, além de permitirem que as situações cotidianas sejam 'problematizadas' estabelecendo diálogos entre o processo laboral e as estratégias pedagógicas.

Com a oferta da Educação Profissional no âmbito do SUS em Sergipe, a ESP/SE acredita contribuir de forma efetiva com a democratização dos espaços de trabalho, o desenvolvimento da capacidade de aprender e ensinar inerente a todos os atores envolvidos, na busca de soluções criativas para os problemas encontrados, o desenvolvimento do trabalho em equipe e a melhoria permanente da qualidade do cuidado à saúde e a humanização do atendimento.

### c) Pós-graduação

A Pós-graduação, no Brasil, está estruturada em cursos *lato sensu* e *stricto sensu* para atender aos discentes com graduação em Nível Superior. Os cursos de Pós-graduação da ESP/SE serão ofertados, inicialmente, na modalidade *lato sensu*, com a finalidade de capacitar e qualificar os trabalhadores da área da saúde, especialmente, do Sistema Único de Saúde-SUS.

Segundo o Ministério da Educação,

cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização são programas de nível superior, de educação continuada, com os objetivos de complementar a formação acadêmica, atualizar, incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais, com vistas ao aprimoramento da atuação no mundo do trabalho e ao atendimento de demandas por profissionais tecnicamente mais qualificados para o setor público, as empresas e as organizações do terceiro setor, tendo em vista o desenvolvimento do país (BRASIL, 2018).

A ESP/SE busca dar respostas às demandas apresentadas em cada local de trabalho e/ou pela sociedade que representam, especialmente, as necessidades do SUS. A pós-graduação oferece a oportunidade profissional para o desenvolvimento da sua atividade laboral com vistas a qualificar e aperfeiçoar tecnicamente o profissional de saúde.

Os cursos de pós-graduação poderão ser desenvolvidos de forma presencial, a distância, ou de forma híbrida, mediante atos autorizativos legais (credenciamentos especiais), terão uma duração mínima de 360 horas e sua matriz curricular será apresentada por ocasião da elaboração do Plano de curso.

#### **d) Residências em Saúde**

Nesse campo do saber, a ESP/SE fomentará o diálogo com os serviços de saúde sobre os programas de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade residência, a fim de elencar ações que estimulem a criação de novos programas e a qualificação das residências existentes, buscando contribuir para o fortalecimento da aprendizagem para e no trabalho, nos diferentes cenários de saúde.

A ESP/SE poderá assumir o papel de coordenadora ou apoiadora dos processos educativos em Residências de Saúde do estado, contribuindo com a coordenação da Comissão Estadual de Residência Médicas (CEREM) e da Comissão Estadual de Residência Multiprofissional (CEREMU).

Para tanto, desenvolverá ações que potencializem as relações entre as práticas das universidades e os equipamentos de saúde a fim de que os estudantes sejam formados e qualificados para atuarem no SUS. Desse modo, implantará uma política de formação, qualificação e incentivo a preceptores e tutores com vistas ao desenvolvimento de formadores capacitados a lidarem com as demandas do SUS. A ESP/SE se responsabilizará pela elaboração de calendário anual de eventos sobre as residências e os atores estaduais envolvidos nessa temática: docentes, preceptores, gestores, acadêmicos e discentes das Residências Médica e Multiprofissional no estado.

O processo de acompanhamento e desenvolvimento pedagógico, inclusive o processo avaliativo dos discentes, preceptores e tutores estará detalhado nos Planos específicos de cada Pós-graduação, orientados por esse Projeto Político Pedagógico.

## e) Pesquisa, Extensão e Estágios

### PESQUISA

O desenvolvimento de pesquisas para o sistema de saúde, ocupa lugar de relevância para ESP/SE, enquanto *locus* de produção de conhecimento. Nessa perspectiva, a referida Escola, visando preparar o indivíduo para a produção de conhecimento, realiza suas ações de pesquisa de forma autônoma, o que não a impossibilita de estabelecer parcerias com outras instituições, enquanto proponente ou participante.

Em Sergipe, a Secretaria Estadual da Saúde instituiu, em 2013, o Núcleo de Análises e Pesquisas em Políticas Públicas da Secretaria de Estado da Saúde/NAPSES que possui articulação com a Fapitec-SE (Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica) e com a Funesa, tendo a mantenedora da ESP/SE como coordenadora do mesmo, mediante a Portaria n.º 279/2013, de 21 de outubro de 2013.

O núcleo supracitado se constitui em uma forte estratégia de disseminação e fomento à pesquisa, através de parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, visando implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas e sua aplicabilidade, com destaque para temas relevantes para o cenário das Políticas Públicas de Saúde no Estado de Sergipe.

Nessa direção, através da parceria com a SEDETEC-FAPITEC/SE, busca proporcionar a proposição, formulação e implementação de políticas públicas voltadas às demandas sociais e institucionais, fomentando a pesquisa nas áreas prioritárias do SUS, oportunizando assim o fortalecimento do eixo ensino e pesquisa, do processo de formação de trabalhadores e gestores da saúde para o SUS, a partir do cotidiano de trabalho e da participação social.

A ESP/SE conta ainda com um Núcleo de Produção Científica da Fundação Estadual de Saúde/NPC-FUNESA, que tem como objetivo estimular a produção científica no âmbito do SUS que possua significativa contribuição para o desenvolvimento do conhecimento no âmbito regional e nacional. De



maneira integrada, a pesquisa e a inovação em Saúde permearão todas as ações da ESP/SE, visando o desenvolvimento científico e tecnológico e promovendo a multidisciplinaridade e interprofissionalidade.

## **EXTENSÃO**

A tríade ensino, pesquisa e extensão acadêmica é basilar na educação superior. A extensão é considerada como a atividade acadêmica que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação entre universidade e a sociedade, uma vez que possibilita levar à sociedade os conhecimentos adquiridos e produzidos pelos discentes por meio do ensino e da pesquisa, promovendo uma relação entre ambas.

A ESP/SE entende a importância do fortalecimento da articulação entre instituições de ensino, atenção à saúde e comunidade, em prol da formação de profissionais, tendo em vista o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem vinculado aos cenários das práticas na formação em saúde. Nessa lógica, tem estabelecido parcerias com diversas Instituições de ensino, bem como com a Secretaria Estadual e Municipal de Saúde, além de cooperações técnicas com universidades públicas e privadas, e outros órgãos estaduais, objetivando também incentivar a participação efetiva da sociedade na vida da instituição, bem como ações de ensino, pesquisa, extensão e estágios.

Desde o ano de 2012, a Funesa, mantenedora da ESP/SE, tem firmada uma positiva relação de parceria com a Universidade Federal de Sergipe, mediante um Termo de Cooperação Técnica, em vigor até 2025. Essa parceria se configura como excelente oportunidade de impulsionamento da Política de Pesquisa, estágio e extensão no âmbito da ESP/SE, sobretudo no que diz respeito à necessidade de elevação do perfil acadêmico do corpo docente da Escola para o melhor posicionamento do NPC-Funesa no cenário científico regional. Outros acordos de cooperação técnico-científico com outras instituições estão em fase de tratativas.

Na perspectiva de fortalecer a integração ensino-serviço-comunidade, e assim responder às demandas da sociedade, a Política de Extensão da ESP/SE se efetiva mediante a implementação e/ou execução de Cursos de Extensão e de Aperfeiçoamento, Programas, Projetos, Observatórios, Eventos, Prestações de serviços, Produtos, bem como elaboração e difusão de publicações que proporcionem o incremento de ações de alcance social voltadas às demandas em saúde da população e o fortalecimento da cidadania.

Na ESP/SE, a extensão é promovida através de ações educativas, científicas e culturais, desenvolvidas por meio de metodologias que promovem mediante o diálogo entre as práticas científicas e sociais, respostas às necessidades dos sujeitos envolvidos, identificação e minimização das fragilidades, bem como a valorização de potencialidades na realidade social encontrada, possibilitando assim a transformação social.

As ações extensionistas são desenvolvidas com base nas seguintes diretrizes: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade; Interprofissionalidade; Indissociabilidade entre Ensino – Pesquisa – Extensão; Impacto e Transformação Social, contribuindo, assim, para a formação cidadã dos sujeitos nela envolvidos.

## **ESTÁGIO**

A Lei do Estágio, Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, reconhece o estágio como um vínculo educativo-profissionalizante, supervisionado e desenvolvido como parte do projeto pedagógico e do itinerário formativo do discente, em seu Artigo 1º, § 1º, define estágio como sendo o “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante” (Brasil, 2008). As disposições da referida lei representam uma evolução na política pública de emprego para jovens no Brasil e uma maior segurança jurídica nas relações de estágio. Dentre outras informações, ela estabelece quem pode ofertar os estágios, qual a documentação necessária para sua realização, qual a carga

horária semanal, assim como o número de estagiários que devem ser acompanhados pelo orientador de estágio.

De acordo com o Art 2º a lei supracitada, o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade, área de ensino e do projeto pedagógico do curso (Brasil, 2008). Estágio Obrigatório é aquele que deve ser definido no projeto do curso e sua carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Enquanto o Estágio Não Obrigatório, é desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (Brasil, 2008).

Além da Lei n.º 11.788, de 25 de setembro 2008, outros dispositivos também dispõem sobre o Estágio Supervisionado, dentre eles: a Orientação Normativa n.º 7, de 30 de outubro 2008, que estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; a Resolução CNE/CEB n.º 1/2004, que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de estágio de estudantes da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos; a Resolução n.º 2, de 4 de abril de 2005, que modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB n.º 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.

De acordo com o § 3º, do art. 2º, da Lei de Estágio, as atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior desenvolvidas pelo discente podem ser equiparadas ao estágio, sendo necessário para tanto que, no projeto pedagógico dos cursos da educação superior, esteja prevista a equiparação dessas atividades com o estágio (Brasil, 2008).

O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, desde que observados os seguintes requisitos na sua concessão, elencados no Art. 3º, incisos I, II e III da Lei n.º 11.788/2008: I- matrícula e frequência regular do educando público-alvo da lei, atestados pela instituição de ensino; II - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a

instituição de ensino; e III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no termo de compromisso (Brasil, 2008).

Diante do exposto, os Estágios Supervisionados Obrigatórios dos cursos da ESP/SE, somente terão início depois de providenciados e assinados os seguintes documentos, nos quais devem estar explícitas todas as condições de sua realização: Acordo de Cooperação, firmado entre a Instituição de Ensino e a Instituição Concedente; Termo de Compromisso, firmado entre o discente, a Instituição Concedente e a Instituição de Ensino; e Seguro contra acidentes pessoais, de responsabilidade da Instituição de Ensino. O Termo de Compromisso do estágio será assinado pelo estudante perante a parte concedente do estágio, com a interveniência da ESP/SE, assumindo a anuência do caráter de inexistência de vínculo empregatício.

Outras informações e requisitos importantes são sinalizados na Lei n.º 11.788, de 25 de setembro 2008 e que merecem destaque estão elencadas em regimento próprio.

O Estágio Supervisionado Obrigatório dos cursos ofertados pela ESP/SE deverá proporcionar uma interseção entre o saber técnico e científico e o contexto dos serviços de saúde, fará parte da proposta pedagógica de cada curso e será realizado, de acordo com a legislação educacional e a legislação específica de estágio, considerando a matriz curricular do curso. Será objeto de programações específicas, com estruturação, normas próprias de funcionamento, contando com sistemática de acompanhamento, supervisão, monitoramento e avaliação.

O Estágio Supervisionado Obrigatório da ESP/SE tem, dentre outros objetivos, propiciar ao estudante a vivência em situações profissionais, visando proporcionar experiência nos diferentes cenários de prática no Sistema Único de Saúde.

O Estágio não obrigatório na ESP/SE será formalizado por instrumento jurídico, através de Termo de Cooperação técnica, didática e científica firmado entre as partes, com o objetivo inclusive de estabelecer campo de estágio para

os estudantes das Instituições de Ensino Superior (IES) e tem, dentre seus objetivos, propiciar a complementação do processo de ensino-aprendizagem.

Os cursos que demandarem estágio terão o seu regulamento próprio de Estágio Supervisionado Curricular. Entretanto, visando uniformidade de informações, bem como esclarecer e nortear os discentes, a ESP/SE desenvolverá o Manual de Estágio.

Para os estágios não obrigatórios, poderá ser adotado o pagamento de uma bolsa, a ser implementada mediante regimento próprio e previsão orçamentária.

## **f) Educação a Distância**

A Educação a Distância é uma modalidade de educação que teve um caminho longo na sociedade e que vem ganhando muito espaço dos anos. Regulamentada e inserida no sistema educacional brasileiro em 1996, tem sido impulsionada pela evolução das tecnologias nos setores de educação e vem se fazendo cada vez mais presente no meio escolar.

A EaD colabora para a disseminação de acesso ao conhecimento, atingindo um número mais expressivo de pessoas, trazendo soluções para questões relacionadas às dificuldades de acesso e deslocamento na participação de ações educacionais. Ela pode ser utilizada em diferentes níveis de ensino: Cursos Livres, de Extensão, Preparatórios, Técnicos, Graduação, Pós-graduação, *Lato Sensu* e, mais recentemente, no nosso país, de acordo com legislação específica, na Pós-graduação *Strictu Sensu* (Mestrados e Doutorados).

Vale destacar que a modalidade EaD foi utilizada em especializações ofertadas em programas e políticas promovidos pelo Estado, na perspectiva de estimular os processos de Educação Permanente em Saúde (EPS) e qualificação da formação dos recursos humanos para o SUS. Ainda nessa direção, foi criada em 1998, a Escola de Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, sendo

precursora na oferta de cursos voltados para os profissionais da saúde (CEZAR *et al* 2017).

Conforme informa o autor supracitado, a EaD oportuniza possibilidade de formação e qualificação aos profissionais da saúde, otimizando o tempo disponível. Nessa modalidade, o discente deve assumir o protagonismo do processo educativo.

Dada às suas características e especificidades, a Educação a Distância favorece, enquanto estratégia, a formação e qualificação de trabalhadores do SUS, oportunizando a contemplação de um maior número de participantes nas formações, tendo em vista que possibilita a redução das distâncias, eliminando a separação geográfica entre os participantes, contribuindo assim, para que um grande número de profissionais tenha acesso ao desenvolvimento de conhecimento, colaborando dessa forma para ampliação da democratização de formações.

Ainda quanto ao uso da EaD na Educação Permanente, Silva (2013) conclui:

Alguns estudos defendem a inserção das estratégias do ensino a distância nos programas de educação permanente em saúde, pois esse método inovador de ensino mostra a possibilidade de ampliação do saber profissional, facilitando o desenvolvimento da aprendizagem seja dentro ou fora da instituição de saúde. Assim, essa modalidade de ensino e aprendizagem permitirá que, mesmo que não estejam em espaços e tempos não compartilhados, haja troca de experiências que contribuam para a construção do conhecimento (SILVA 2013, p. 1106).

Nessa perspectiva, a ESP/SE acredita no potencial da EaD como modalidade de ensino, a vê como uma estratégia de democratização do acesso e a considera como uma importante ferramenta de promoção do desenvolvimento de práticas de educação e qualificação profissional e dos recursos humanos na área da saúde, mais especificamente os trabalhadores do SUS.

A PNEPS enfatiza a importância da qualificação profissional para a garantia da qualidade dos serviços de saúde, deixando claro que, para tanto,

faz-se necessário romper com os modelos tradicionais de ensino, proporcionando que as discussões provenham do cotidiano dos serviços. Nesse sentido, e tendo em vista que a EPS deve ser compreendida como aprendizagem-trabalho, e assim deve ser realizada com base nos problemas enfrentados no cotidiano do trabalho nas organizações, a ESP/SE concebe o ensino a distância como possibilidade educacional para o desenvolvimento contínuo de trabalhadores da saúde (Silva 2013).

Corroboramos com o pensamento de Cezar *et al* (2017, p. 113) em relação à utilização da EaD como ferramenta para a EPS, ao destacar que: essa modalidade de ensino favorece a adoção de uma atitude crítica, permeada pela autoavaliação e a autogestão, contribuindo assim, para as necessárias mudanças nos processos de trabalho, mediante a utilização de conceitos essenciais à prática cotidiana em saúde.

Dentre as metodologias na modalidade EaD, destacam-se: Ensino a Distância *on-line*; Ensino híbrido e Sala de aula invertida. No que diz respeito às metodologias inovadoras, elas podem ser imersivas ou experimentais. Uma outra estratégia de promoção da inovação nessa modalidade é a criação de setores e laboratórios internos de inovação.

Vale salientar que, na Educação a Distância, o discente é o sujeito da aprendizagem, e assim é demandado dele, para o êxito no processo de aprendizagem, algumas características, dentre elas: autodisciplina, autonomia e autodidatismo.

Os cursos e atividades desenvolvidas pela ESP/SE, privilegiarão práticas criativas e prezarão pelo uso de metodologias ativas, que proporcionem o desenvolvimento de uma postura crítica no discente, questionadora, investigativa e reflexiva, capaz de transformar a realidade vivida nos serviços. Dessa forma, os cursos e atividades se basearão sempre que possível no Arco de Maguerez.

Os cursos serão elaborados seguindo um planejamento didático, considerando aspectos como o contexto, o público-alvo e os diferentes estilos de aprendizagem, tendo o discente como o principal sujeito do processo ensino-



aprendizagem, serão planejados com objetividade, partindo da realidade do serviço.

A escolha das estratégias de aprendizagem, assim como das mídias devem levar em conta os objetivos do curso e as teorias de aprendizagem, bem como a abordagem pedagógica adotada pela ESP/SE. A escolha das mídias também deve considerar questões relacionadas à qualidade do processo pedagógico, as condições de acesso por parte dos participantes, bem como os custos para a Escola.

Enquanto recursos tecnológicos para utilização da EaD, a ESP/SE conta com o *Moodle*, sendo esta a principal plataforma de sustentação das atividades a distância. A plataforma *Moodle* é uma sala de aula virtual onde o discente tem a possibilidade de acompanhar atividades do curso pela *Internet*. Através da plataforma, o discente terá acesso, com uso de uma senha pessoal, aos conteúdos disponibilizados pelos docentes, além de postar atividades, debater o tema em fóruns de discussão, tirar suas dúvidas via mensagens, entre outros recursos pedagógicos.



## 7 PERFIL DO DOCENTE

---

O docente na ESP/SE é um sujeito crítico-reflexivo, com compromisso político, consciente de seu papel educacional e social, comprometido com a Formação Permanente em Saúde e com a inovação, criando situações de aprendizagem em diferentes ambientes. Profissional com competência técnica e pedagógica para direcionar o processo de ensino-aprendizagem, através de uma relação interativa entre docente-discente; capaz de desenvolver e executar estratégias pedagógicas que promovam a aprendizagem significativa.

O papel do docente é, portanto, mediar o processo ensino-aprendizagem, além de estimular a capacidade de investigação, análise, síntese e avaliação crítica de processos e cenários do SUS. Desse modo, esse PPP orienta a formação permanente desses docentes, a fim de que possam realizar troca de saberes e de experiências para ampliar a leitura da realidade a qual estão inseridos no processo formativo e para promover a construção de novos conhecimentos.

## 8 PERFIL DO DISCENTE

---

Na ESP/SE, o discente ocupa lugar central no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, constitui-se sujeito ativo da sua própria aprendizagem, com valores, crenças, atitudes, impressões e conhecimentos prévios, os quais são analisados à luz dos novos conhecimentos trabalhados em ambientes de aprendizagem. Assim, os discentes refletem, alcançando níveis mais elevados de organização do saber e relacionando-o à prática social.

Nesse sentido, o discente é envolvido no processo de aprender e interage com o(s) docente(s), colegas e objetos pedagógicos para desenvolvimento pessoal, social e profissional, adotando uma posição reflexiva, crítica, responsável e atuante, consciente de seu papel social.

## 9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

---

A descrição sobre avaliação nesse documento está alinhada aos pressupostos fundantes da avaliação apresentados no PDI da ESP/SE, os quais se deseja imprimir para esta Escola. A avaliação deve envolver questões de ordem conceitual e prática em um processo que contemple a avaliação da aprendizagem e a avaliação dos projetos educacionais.

### **Avaliação da Aprendizagem**

A concepção de avaliação dessa instituição está alicerçada em fundamentos norteadores de avaliação dialógica que provoquem nos sujeitos inquietação e mobilização, a busca constante de novos conhecimentos, questionamentos e críticas sobre as ideias em discussão, a complementação de leitura de diferentes textos e as possibilidades de desenvolver no aprendiz capacidade de expressões diversificadas (HOFFMANN, 2009).

Nesse contexto, o discente precisa ser protagonista de seu processo de aprendizagem e, para tanto, é fundamental que ele se mobilize, sendo a instituição responsável por provocar condições para essa mobilização, realizando mediação e intervenção pedagógica. Sendo assim, destaca-se a importância dos princípios da aprendizagem significativa nas diversas formações para que esse sujeito mobilize saberes e construa novos conhecimentos, num movimento cíclico.

Espera-se que a avaliação desenvolvida nas formações ofertadas pela ESP/SE possa se constituir enquanto um acompanhamento sistemático e permanente da aprendizagem do discente, em um processo de ação-reflexão, qualificando sujeitos críticos e participativos na formulação e reformulação de respostas para as possíveis inquietações no campo da saúde pública.

### **Avaliação dos projetos educacionais:**

Os programas, projetos e planos de cursos da ESP/SE devem ser avaliados de forma processual por um coletivo designado para tal função que inclui a representação do corpo docente, discente e coordenação de curso. A avaliação dos projetos educacionais deve estar baseada na proposta curricular e, portanto, nos objetivos de cada curso, deve ainda servir para rever ações realizadas no processo formativo, além de ser um “termômetro” para as próximas ofertas de cursos.

## 10 EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA PROFISSIONAIS DA ESP/SE

---

As ações de Educação Permanente para profissionais da ESP/SE serão orientadas por um plano de EPS, que terá como objetivo sensibilizar e mobilizar trabalhadores e gestores sobre as práticas de EPS em consonância com as necessidades de cada unidade produtiva para qualificação dos trabalhadores na perspectiva da troca de saberes, conhecimentos e experiências, buscando construir pactos e projetos coletivos a fim de qualificar as atividades desenvolvidas nessa escola.

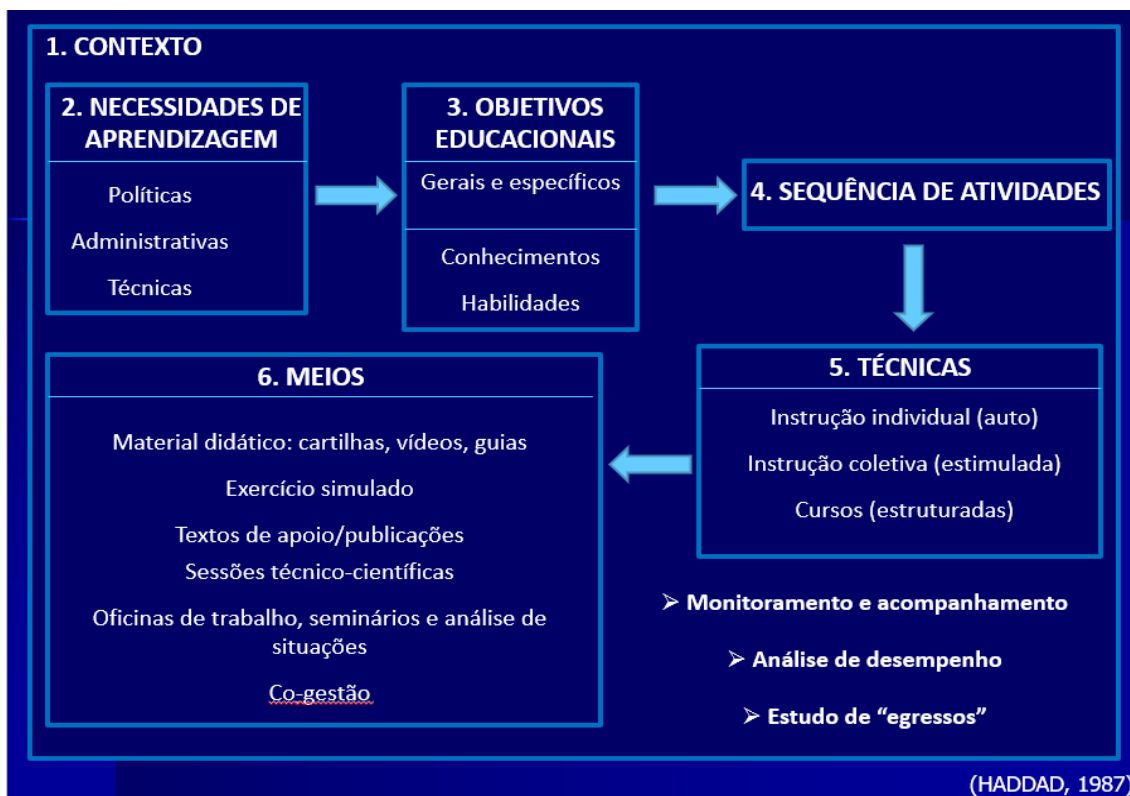
Os espaços de educação permanente em saúde aproximam as pessoas, estabelecem um ambiente favorável para compartilhar as tensões do cotidiano, as dificuldades do trabalho, as divergências, os sonhos de mudança e buscar, por meio da análise e da negociação, potencializar propostas inovadoras (BRASIL, 2006). Sendo assim, as iniciativas voltadas ao desenvolvimento de EPS no âmbito da ESP/SE, apostam em propostas que sejam capazes de estimular a capacidade de aprender a aprender, de desenvolver o trabalho em equipe, a postura ética, crítica, colaborativa e comprometida com as necessidades de qualificação da comunidade escolar.

Para tanto, propõe-se a formação de facilitadores, os quais devem atuar como mediadores dos processos de aprendizagem demonstrando respeito aos saberes dos discentes, ética, estética, reflexão crítica sobre a prática, aceitação do novo e capacidade para produzir e construir novos saberes (FREIRE, 2011). Tais ações de EPS devem ocorrer por meio do diálogo entre teoria-prática, com o objetivo de favorecer a ampliação da autonomia, do protagonismo social, da corresponsabilização e do comprometimento dos profissionais da ESP/SE, de modo a contribuir para a melhoria dos processos de trabalho.

Os conteúdos devem produzir sentido para cada participante, preferencialmente associado à avaliação de desempenho de cada profissional, na perspectiva de desenvolver um projeto que produza desdobramentos relevantes para o fortalecimento dos serviços ofertados pela ESP/SE. Para isso,

faz-se necessário problematizar e discutir o processo de subjetivação no contexto do trabalho na ESP/SE. Esses espaços devem ser potentes a fim de que os trabalhadores tenham capacidade de desenvolver a sua autonomia, diálogo, possibilidades de intervenção, negociação sobre situações próprias do trabalho.

O esquema utilizado expressa um detalhamento de um ordenamento preliminar de ideias, conceitos, concepções, proposições e estratégias passíveis de fundamentar a elaboração de Políticas e Programas de Educação Permanente em Saúde e seus respectivos desdobramentos organizados em formato de cursos e processos educativos.



Entende-se, portanto, que para construir uma política de EPS no âmbito da ESP/SE, efetivamente, é preciso que os diversos atores sejam convocados a desenvolverem suas capacidades de inventar e reinventar, de descobrir, de ativar processos de mudanças, isso requer a participação ativa de toda comunidade escolar no processo de coletar, sistematizar, analisar questões relacionadas aos processos de qualificação, construindo significados e novas práticas de ensino-aprendizagem.

## 11 ESTRATÉGIAS E CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

---

O PPP é o instrumento que orienta e dá a direção para a construção do saber. De modo que, não se adota aqui um modelo de avaliação de práticas pontuais, verificando apenas o desenvolvimento satisfatório, registrado pela estatística. A avaliação é desenvolvida, enquanto processo de aprendizagem, verificando sempre o impacto da construção do conhecimento na sua realidade.

O PPP da ESP/SE está estruturado e alicerçado na confiabilidade dos seus atores, no diálogo, na cooperação, levando em consideração suas emoções e valores, na perspectiva de atender as diversidades dos discentes, enquanto sujeitos no processo e otimizar suas ações para uma prática educativa democrática e inovadora.

Uma boa avaliação não pode perder de vista sua objetividade, sem desconsiderar o contraditório dos grupos envolvidos. A proposta é que a avaliação do PPP seja realizada de forma processual, baseada nos objetivos e metas estabelecidos nos documentos orientadores dos cursos e projetos. Seguem diretrizes norteadoras:

- Cursos Planejados/Executados: listar os cursos planejados no início do projeto e avaliar a cada ano sua evolução.
- Corpo docente: listar o corpo docente e a titulação correspondente e verificar sua mobilidade quantitativa e qualitativa.
- Matriculados: verificar movimentação dos discentes.
- Concludentes/certificação: verificar evasão dos cursos, sua conclusão e certificação.
- Condições Físicas de Trabalho: verificar se houve movimentação nas condições de trabalho (melhorias ou não).
- Gestão do Projeto: verificar até que ponto a Gestão do Projeto tem sido desenvolvida garantindo a participação dos seus agentes, traduzindo-se em uma gestão democrática.



- **Parcerias:** verificar as parcerias no início do projeto e sua movimentação a cada ano.

A proposta metodológica a seguir apresenta uma diretriz para facilitar o processo avaliativo das ações educativas da escola nos próximos anos.

<b>ANO</b>	<b>Onde Estávamos*</b>	<b>Onde Chegamos**</b>	<b>Como Chegamos***</b>	<b>Dificuldades****</b>
<b>2022</b>				
<b>2023</b>				
<b>2024</b>				
<b>2025</b>				

\*Listar situação inicial do projeto do ano correspondente.

\*\* Listar situação no final do ano, por ocasião da avaliação.

\*\*\* Listar as estratégias utilizadas durante a execução do projeto.

\*\*\*\*Listar as problemáticas específicas que dificultaram o sucesso do projeto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ANASTASIOU, L.G.C. *et al.* **Estratégias de ensinagem**: processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula, v. 3, p. 67-100, 2004.

ARANHA, L.. **Educação e trabalho no contexto da terceira revolução industrial**. São Cristóvão: UFS, 1999.

BERBEL, N. A. N. **Metodologia da problematização no ensino superior e sua contribuição para o plano da práxis**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 17, p. 7-17, 1996.

BERBEL, N. A. N. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, p. 25-40, 2011.

BIRMAN, J.A. **Physis da saúde coletiva**. Physis, Rio de Janeiro, v. 15, supl. p. 11-16, 2005.

BORDENAVE, J.E.D.; PEREIRA, A.M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. In: Estratégias de ensino-aprendizagem. Vozes, 1985.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Manual Técnico 2018**: programa para o fortalecimento das práticas de educação permanente em saúde no SUS - PRO EPS-SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Fundamentos pedagógicos que dão sustentabilidade para as ações educacionais da Etsus**: núcleo temático II. Belo Horizonte: CAED/UFMG, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Grupo de trabalho de humanização**. 2. ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a Degradação do Trabalho no Século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: JC, 1987.

CECCIM, R. B. e FEUERWERKER, L.C.M. **O quadrilátero da formação para a área da saúde**: ensino, gestão, atenção e controle social. Physis - Rev. Saúde Coletiva, v.14, n.1, p.41- 65, 2004.

CEZAR, D. M. *et al.* Educação a Distância como Estratégia para a Educação Permanente em Saúde? **Em Rede Revista de Educação a Distância**. v.4, n.1, p. 106 - 115, 2017.

COSTA, M.V.; PEDUZZI, M. *et al.* **Educação interprofissional em saúde**. Natal: SEDIS-UFRN, 2018.

DAVINI, M. C. **Currículo integrado**. In: BRASIL, M. S. Executivo. Coord. Geral de Desenvolvimento do RH para o SUS. Capacitação pedagógica para instrutor/supervisor: área da saúde. Brasília, 1989.

DELUIZ, N. **Formação do trabalhador: produtividade & cidadania**. Rio de Janeiro: Shape, 1995.

DELUIZ, N. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim Técnico do SENAC**. v. 27, n. 3, set./dez, 2001.

FALKENBERG, M. B *et al.* Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(3):847-852, 2014.

FREITAS, I. **Didática** – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2011.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. **Biblioteca de Saúde Pública**. Disponível em: Biblioteca de Saúde Pública / Fiocruz. Disponível em <http://www.fiocruz.br/bibsp/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>. Acesso em: 20 nov. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HIRATA, H.. **Da polarização das qualificações ao modelo de competência**. In: Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HOFMANN, j. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

KUENZER, A.Z. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2017.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes; ASSIS, Sandra Maria; LIMA, Aline Cristina Silva. O trabalho como princípio educativo: uma possibilidade de superação da dualidade educacional no ensino médio integrado. **Revista Ensino Interdisciplinar**, v. 2, nº. 05, Julho/2016, UERN, Mossoró, RN.

- MERHY, E. E. **Saúde**: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MOREIRA, A.F.B.; SILVA, T.T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- NEVES, J. **A educação popular é importante porque reconhece as condições de vida, atua a partir da realidade, promove e organiza redes de apoio social que, neste momento, são fundamentais**. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/bibsp/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>. Acesso em: 21 nov. 2021.
- POCHMANN, M.. **O Trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.
- RAMOS, M.N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- RAMOS, M. N. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica? Relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 93-114, 2003.
- RAMOS, Marise. Concepção do ensino médio integrado. In: ARAÚJO, Ronaldo; TEODORO, Elinilze. (Org.). **Ensino Médio Integrado no Pará como Política Pública**. Belém: SEDUC-PA, 2009, p. 144-182.
- RIBEIRO, R. **O Trabalho como Princípio Educativo: algumas reflexões**. *Saúde e Sociedade*, v.18, supl.2, 2009.
- SCLIAR, M. História do conceito de saúde. **Physis. Rev. Saúde Coletiva Online**, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso: 20 nov. 2020.
- SILVA, A. das N. *et al.* Limites e possibilidades do ensino à distância (EaD) na educação permanente em saúde: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, 20(4):1099-1107, 2015.
- SILVA, T. T. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias de currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- SUHR, I. R. F. **Teorias do conhecimento Pedagógico**. Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Fundamentos da Educação).
- TEODORO, Elinilze Guedes; SANTOS, Rosineide Lourinho. Trabalho como princípio educativo na educação profissional. **Revista de C. Humanas**, v. 11, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2011.
- VASCONCELLOS, C. dos S. **Metodologia Dialética em Sala de Aula**. In: *Revista de Educação AEC*. Brasília: abril de 1992.

# ANEXO 1 Portaria de Criação e Alteração da Comissão da ESP/SE



GOVERNO DE SERGIPE  
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE



## PORTARIA Nº 025, DE 15 DE ABRIL DE 2021

*Alterar composição e prorrogar prazo de vigência Comissão Especial de Trabalho que visa realizar estudos e propor os instrumentos necessários para a constituição da Escola de Saúde Pública de Sergipe no âmbito da FUNESA.*

**A DIRETORIA GERAL DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei nº. 6.348, de 02 de janeiro de 2008, c/c o Estatuto da Fundação Estadual de Saúde, aprovado pelo Decreto Governamental nº 25.391, de 1º de julho de 2008;

Considerando a Portaria nº 063, de 03 de dezembro de 2019 que instituiu a Comissão Especial de Trabalho visando realizar estudos e propor os instrumentos necessários para a constituição da Escola de Saúde Pública de Sergipe (ESP/SE), no âmbito da FUNESA;

Considerando a Portaria nº 038, de 15 de julho de 2020 que altera composição e prorroga prazo de vigência da Comissão Especial de Trabalho ESP/SE.

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar a composição e prorrogar a vigência da Comissão Especial de Trabalho que visa realizar estudos e propor os instrumentos necessários para a constituição da ESP/SE, no âmbito da FUNESA;

**Art. 2º** A Comissão Especial de Trabalho passa a vigorar com os seguintes membros, presidido pelo primeiro:

1. Lavínia Aragão Trigo de Loureiro, Diretora Geral, CPF: 967.304.395-72;
2. Daniele de Araújo Travassos, Diretora Operacional, CPF: 032.344.065-70;
3. Ana Carla Ferreira Guedes da Cruz, Docente, CPF: 019.343.475-07;
4. Alexandra Pacheco Lima Santana, Assessoria Técnica de Apoio à Direção, CPF: 806.997.075-87;
5. Rossini de Melo Albuquerque, Advogado-chefe, CPF: 048.155.784-94;
6. Maria Gorete da Rocha Santos, Analista Educacional, CPF: 444.347.581-87;
7. Flávia Priscila Souza Tenório, Analista Educacional, CPF: 824.638.755-34;
8. Rosyanne dos Santos Vasconcelos, Coordenadora, CPF: 977.341.015-34;
9. Tânia Santos de Jesus, Especialista Educacional, CPF: 585.355.055-53;
10. José Francisco de Santana, Especialista em Política e Educação em Saúde, CPF: 311.823.805-49;
11. Genivaldo Alves Santos, Técnico Educacional, CPF: 155.311.555-49;
12. Josefa Jalcira Izidro dos Santos, Coordenadora do Núcleo Estadual de Educação Permanente e Educação Popular em Saúde/Secretaria de Estado da Saúde, CPF: 351.321.835-49;
13. Sheyla Andréa dos Santos, Conselho Estadual de Saúde de Sergipe, CPF: 696.203.505-53.
14. Eneida Carvalho Gomes Ferreira, Coordenadora, CPF: 981.915.355-72;
15. Paulina Vilar Carvalho, Coordenadora, CPF: 839.655.305-00;
16. Soraya Dantas de Moraes, Responsável Técnica, CPF: 534.220.665-00.

**Art. 3º** Em caso de ausência do Presidente desta Comissão, fica designado como seu suplente Daniele de Araújo Travassos;

**Art. 4º** A Comissão Especial de Trabalho, deverá ter vigência de 08 (oito) meses, contados a partir de 01 de dezembro de 2020, tornando sem efeito as disposições em contrário, podendo ser prorrogada caso seja necessário para a conclusão dos instrumentos.

**Art. 5º** A participação na Comissão não ensejará qualquer remuneração para seus membros e os trabalhos nelas desenvolvidos serão considerados prestação de serviço público relevante.

Dê-se ciência. Cumpra-se. Publique-se.

Gabinete da Diretoria Geral da Fundação Estadual de Saúde - FUNESA, aos 15 (quinze) dias do mês de abril de 2021.

**LAVÍNIA ARAGÃO TRIGO DE LOUREIRO**  
Diretora Geral da FUNESA





SECRETARIA DE  
ESTADO DA SAÚDE



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

Tv. Manoel Aguiar Menezes, 33 - Getúlio Vargas  
Aracaju - SE, 49055-100